



Poder Judiciário



JUSTIÇA PESQUISA

SUMÁRIO EXECUTIVO

Dos espaços aos direitos

A realidade da ressocialização
na aplicação das medidas
socioeducativas de internação das
adolescentes do sexo feminino em
conflito com a lei nas cinco regiões



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente	Ministro Ricardo Lewandowski
Corregedor Nacional de Justiça	Ministra Nancy Andrighi
Conselheiros	Ministro Lelio Bentes Corrêa Ana Maria Duarte Amarante Brito Guilherme Calmon Nogueira da Gama Flavio Portinho Sirangelo Deborah Ciocci Saulo José Casali Bahia Rubens Curado Silveira Luiza Cristina Fonseca Frischeisen Gilberto Valente Martins Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira Gisela Gondin Ramos Emmanuel Campelo de Souza Pereira Fabiano Augusto Martins Silveira
Secretário-Geral	Fabício Bittencourt da Cruz
Diretor-Geral	Rui Moreira de Oliveira

EXPEDIENTE

Departamento de Pesquisas Judiciárias	
Diretor Executivo	Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes
Diretora de Projetos	Fernanda Paixão Araújo Pinto
Diretora Técnica	Thamara Duarte Cunha Medeiros

Realização: Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Secretaria de Comunicação Social

Secretária de Comunicação Social	Giselly Siqueira
Capa	Ricardo Marques
Projeto gráfico	Eron Castro
Revisão	Carmem Menezes

2015

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

JUSTIÇA PESQUISA

SUMÁRIO EXECUTIVO

Dos espaços aos direitos

A realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP

EQUIPE DE PESQUISA

COORDENADORA

Marília Montenegro Pessoa de Mello

PESQUISADORES DA EQUIPE PERMANENTE

Camila Arruda Vidal Bastos

Carolina Salazar L'armée Queiroga de Medeiros

Érica Babini Lapa do Amaral Machado

Helena Rocha Coutinho de Castro

Manuela Abath Valença

Maria Camila Florêncio da Silva

Mariana Chies Santiago Santos

Nathália Cecília Guedes Dias Pereira

Virgínia Colares Soares Figueiredo Alves

PESQUISADORES CONTRATADOS

Fernando da Silva Albuquerque

Marlúcia Ferreira do Carmo

AUXILIARES DE PESQUISA

Amanda Monteiro Andrade

Ana Luíza V. De V. Bandeira

Ana Paula Cruz Penante Nunes

Gustavo Vianney Oliveira de Lima

Julyanne Chagas. Barboza Brasilino

Nina Cappello Marcondes

Sofia de Souza Lima Safi

VOLUNTÁRIOS DE PESQUISA

Andrielly Stephany Gutierrez Silva

Crishtóvão Fonseca Gonçalves

Diego José de Souza Lemos

Fernanda Lima da Silva

Iana Lira Pires

Juliana Serreti Colaço Ribeiro

Luisa Dulque Belfort

Roberta Silveira Pamplona

PESQUISADORES PARCEIROS

Maria Lúcia Pinto Leal (Brasília)

Ana Cláudia Bastos de Pinho (Pará)

Sumário

1		
1	Apresentação da pesquisa	7
2		
2	Considerações metodológicas	13
3		
3	Mapeamento geográfico	19
4		
4	Etapa quantitativa	21
	4.1 Perfil socioeconômico das adolescentes	21
	A. Média de idade	22
	B. Cor/raça/etnia	23
	C. Domicílio	23
	D. Renda familiar	24
	E. Estado civil	24
	F. Escolaridade	25
	4.2 Processamento	26
	A. Ato infracional	26
	B. Passagens pelo sistema socioeducativo	27
5		
5	Etapa qualitativa	29
	5.1 Trajetórias	29
	PERNAMBUCO	29
	DISTRITO FEDERAL	32
	RIO GRANDE DO SUL	36
	SÃO PAULO	36
	PARÁ	41

5.2 Condições do cumprimento da medida	45
A. Estrutura física das unidades.....	45
PERNAMBUCO	45
DISTRITO FEDERAL	48
RIO GRANDE DO SUL.....	49
SÃO PAULO	50
PARÁ	52
B. Escola e atividades pedagógicas.....	54
PERNAMBUCO	54
DISTRITO FEDERAL	55
RIO GRANDE DO SUL.....	56
SÃO PAULO	58
PARÁ	60
Conclusões	63
Referências bibliográficas	69

1

Apresentação da pesquisa

A Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), ao apresentar o Relatório de Pesquisa, intitulado “Dos espaços aos direitos: a realidade da ressocialização na aplicação das medidas socioeducativas de internação das adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei nas cinco regiões” – contemplando o campo temático n. 5 da 1ª Edição da Série “Justiça Pesquisa”, quer destacar a iniciativa do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do Conselho Nacional de Justiça que visou a compreender a realidade do cumprimento da medida socioeducativa internação para adolescentes do sexo feminino.

A presente pesquisa decorre de um recorte de outra investigação do CNJ que resultou no documento “Panorama Nacional – A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação (Programa Justiça ao Jovem)”, o qual demonstrou diversas situações de condições inapropriadas de cumprimento de medida socioeducativa de internação, com abusos e constrangimentos de direitos.

A ação do CNJ destaca-se no contexto da Infância e Juventude, na medida em que, no Brasil, existem poucas publicações sobre o cumprimento da medida socioeducativa de internação. Quando o assunto é a internação das adolescentes, a ausência é ainda maior.

A investigação, aqui apresentada, visando a atender às determinações da Convocação 01/2012, realizou um recorte vertical sobre a temática, com a especificidade do gênero. Neste sentido, apresenta questões relativas ao perfil socioeconômico das adolescentes, a estrutura da unidade socioeducativa, incluindo recursos humanos, bem como o grau de respeito e cumprimento de direitos, no sentido da proteção integral prioritária (art. 100, III do ECA), promoção da dignidade, como sujeito de direitos (art. 100, I ECA) e respeito à condição peculiar de desenvolvimento (art. 121, ECA). Ainda, procura compreender o ambiente da internação como um cenário que molda e procura reprimir identidades de gênero.

Neste relatório executivo é apresentada uma versão reduzida da pesquisa, com um foco maior nos dados quantitativos relativos à realidade socioeconômica das adolescentes e em fragmentos da etapa qualitativa, privilegiando as trajetórias das adolescentes, as condições físicas das unidades e o aspecto educacional no interior delas. Porém, para que o leitor possa entender a dimensão do que foi realizado, optou-se pela manutenção, nessa versão, da Apresentação, da Conclusão e da Metodologia do relatório completo para que se possa ter, a partir dessa leitura, um panorama geral do que foi investigado.

Nesse sentido, a inquietação do Poder Judiciário, representada pelo CNJ, permitiu a investigação da temática, levando uma metodologia objetivamente possível aos interiores das unidades de cumprimento de medida socioeducativa de internação, dando voz às adolescentes e às suas problemáticas, especialmente no contexto de seus direitos subjetivos e aos funcionários, desvendando realidades ainda não aprofundadas pelas pesquisas institucionais do Poder Público.

Naturalmente, as reflexões alcançadas não podem ser tidas como resultado de uma investigação exclusivamente objetiva, visto que a pretensa isenção das ciências sociais não é possível no campo das investigações, em face dos valores do observador, sujeito a limites, porém seriamente comprometido com o objeto de estudo.

Sobre a questão do enviesamento, é importante informar que a equipe de pesquisa permanente compartilha de um marco teórico crítico acerca do Sistema de Justiça Criminal, percebendo a medida socioeducativa de internação como um braço da Justiça Criminal, tendo, portanto, um viés punitivo, não obstante a pretensão da Doutrina da Proteção Integral buscar apartar-se de tal perspectiva.

Além disso, é indispensável levar-se em consideração que, historicamente, foi comum haver, na cultura ocidental, a divisão entre o masculino e o feminino, entre o público e o privado, entre o ativo e o passivo, entre o forte e o fraco e entre o viril e o recatado. Foi, pois, a partir dessa divisão, que os espaços, papéis e estereótipos femininos foram criados, visto que,

em cada uma dessas dicotomias, ao homem era associada a primeira categoria, hierarquicamente superior à segunda, atribuída à mulher (BARATTA, 1999).

Destarte, passou-se, socialmente, a esperar a feminização do corpo da mulher, considerada frágil, que se preocupava com sua aparência, reputação e pudor. Logo, o estereótipo da mulher submissa, de bons “dotes”, recatada e “pura” foram perpetuados e a “natureza” feminina foi determinada. Desenvolveu-se, nesse contexto, uma sociedade patriarcalista, e, obviamente, o Direito não ficou alheio à reprodução da diferenciação entre os gêneros (MELLO, 2010), já que todas as pesquisas realizadas normalmente são produzidas sobre homens, por homens e para homens.

O funcionamento da sociedade patriarcal, portanto, condicionou o sistema penal existente o qual, além de incorporar e reproduzir as desigualdades relativas ao gênero presentes na sociedade, legitimou-as. A estrutura e o simbolismo do gênero, então, passaram a atuar no funcionamento do sistema de justiça criminal “desde as entranhas de sua estrutura conceitual, de seu saber legitimador e de suas instituições, a começar pela linguagem” (ANDRADE, 2005, p. 83).

Com efeito, pouco se conhece sobre a realidade dos centros de internação femininos, talvez por duas razões: uma devido ao olhar androcêntrico¹ da sociedade sobre o feminino e duas porque o número de internas, no País, é muito menor do que os do sexo masculino². Esse desconhecimento da realidade implica a não fiscalização da execução das medidas para meninas e, conseqüentemente, eventuais violações a direitos fundamentais, tal como ficou evidenciado nas conclusões da Pesquisa Justiça ao Jovem, já referida.³

Assim, a pouca visibilidade das adolescentes internadas, seja em razão de um olhar androcêntrico da sociedade, seja em razão delas serem numericamente inferiores aos adolescentes masculinos, possibilita uma prática da vivência institucional mais dramática do que em essência já é. A lógica patriarcal se reproduz no âmbito da internação, especialmente não se observando questões específicas relativas à sexualidade (envolvendo educação sexual, políticas preventivas de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, visitas íntimas), à identidade de gênero, às relações familiares e entre as adolescentes e funcionários.

1 A força da ordem masculina é tão forte que dispensa qualquer forma de justificação: “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (BOURDIEU, 2003, p. 75).

2 Em 2010, data do último levantamento nacional oficial, a desproporção entre meninos internados (11.463) e meninas (578) é de 5,04%. (BRASIL, 2011)

3 A pesquisa tornou evidente, em termos quantitativos, que a região norte carece de unidade para o sexo feminino, tendo em toda a região apenas cinco unidades e nenhuma unidade provisória; na região nordeste a configuração é semelhante, não possuindo todos os estados e apenas uma unidade provisória para toda a região (Pernambuco, estado proponente desta pesquisa possui uma unidade feminina); na região centro-oeste, há apenas duas e nenhuma de internação provisória, na região sul, diferentemente, os três estados apresentam, cada uma, uma unidade feminina; e por fim, a região centro-oeste tem apenas duas e nenhuma de internação provisória. (BRASIL, 2012)

Ser mulher no sistema socioeducativo ou prisional é ser invisível.⁴ Seus desejos e necessidades são vistos a partir daqueles dos homens. Essa realidade está refletida na estrutura das unidades e nas normas internas de vivência. As interações dentro do sistema permanecem marcadas pelas desigualdades de tratamento baseadas em preconceitos de gênero. Sobre as mulheres recai uma reprovação que vai além do ato infracional e perpassa a “decepção” pelo descumprimento dos papéis de mãe, irmã, filha, tão esperados, como dócil e colaborativo.

Não obstante essas considerações, este marco teórico da criminologia crítica não vinculou diretamente a apresentação dos resultados, cujo afastamento foi garantido aos objetivos do projeto, deixando o leitor livre para interpretações.

O envolvimento da Universidade, como campo de produção de saberes, reforça esse compromisso das pesquisadoras, ao mesmo tempo em que indica a inter-relação indispensável com parcerias, a fim de se garantirem resultados os mais fidedignos à realidade.

A pesquisa envolveu cinco regiões do País e poderia, portanto, ser realizada isoladamente. Nesse sentido, é importante indicar os pesquisadores, os auxiliares e os voluntários que tanto contribuíram para a coleta de material, organização de dados e transcrições de entrevistas.

Marília Montenegro juntamente com Érica Babini Machado e Manuela Abath Valença, coordenaram a pesquisa, tendo como membros da equipe permanente, Virgínia Colares, Carolina Salazar L'armée Queiroga de Medeiros, Mariana Chies Santiago Santos, Maria Camila Florêncio, Camila Bastos, Nathália Guedes e Helena Castro. Como voluntários, teve a colaboração dos auxiliares Iana Lira, Andrielly Gutierrez, Cristhovão Gonçalves, Diego Lemos, Juliana Serreti, Luiza Belfort, Fernanda Lima da Silva e Roberta da Silveira Pamplona.

Em Pernambuco, a coleta e a análise de dados de pesquisa foram conduzidas por Érica Babini, auxiliada por Marília Montenegro, Manuela Abath e Carolina Salazar.

No Distrito Federal, a coleta de dados da pesquisa foi conduzida por Marlúcia Ferreira do Carmo, auxiliada por Ana Paula Penante e supervisionada por Maria Lúcia Pinto Leal, sendo a análise realizada por Manuela Abath.

4 Atualmente já existe uma larga literatura criminológica e sociológica sobre o cárcere feminino e as condições discriminatórias a que muitas mulheres são submetidas (LEMGRUBER, 1983; MUSUMECI; ILGENFRITZ, 2003; COLARES; CHIES, 2010; SPINOZA, 2004). Muitas delas estão em unidades mistas ou em unidades femininas que eram masculinas e foram improvisadas. A maternidade, a amamentação e a menstruação são tópicos sensíveis dentro do assunto, aos quais se somam as questões relativas aos papéis esperados e impostos às mulheres presas. A menção constante dos funcionários a frases do gênero “é pior trabalhar com mulher” evidencia as expectativas em torno do comportamento feminino e, nesse cenário, qualquer contestação ou desobediência é vista como descontrole emocional e irracionalidade “tipicamente feminina”, tornando-se cada uma delas vezes descartáveis. Embora haja muito menos trabalhos sobre a situação das meninas internadas, é possível suscitar alguns desses debates e realidades no sistema socioeducativo.

Em São Paulo, a pesquisadora Maria Camila Florêncio conduziu a coleta e análise de dados junto às auxiliares Ana Luiza Vilella, Amanda Monteiro, Nina Cappello e Jullyane Chagas e Mariana Chies.

No Rio Grande do Sul, a coleta de dados e análise foram realizadas por Mariana Chies Santiago Santos, com o auxílio de Sofia de Souza Lima Safi e Roberta Silveira Pamplona.

No Pará, a coleta de dados foi realizada por Fernando Albuquerque, auxiliada por Gustavo Vianney e supervisionada por Ana Cláudia Bastos de Pinho, com análise de Carolina Salazar e Helena Castro.

Por fim, toda a equipe de pesquisa saúda novamente a iniciativa do CNJ, entregando ao Poder Público uma descrição da realidade socioeducativa da internação feminina, por meio do olhar crítico da comunidade acadêmica, esperando poder contribuir com avanços na reconstrução de um Estado Democrático de Direito para as adolescentes que vivem a medida socioeducativa de internação.

2

Considerações metodológicas

Conhecer o universo das medidas socioeducativas para adolescentes do sexo feminino foi um desafio que se iniciou com a escassez de documentos a respeito do tema. Se pouco se fala sobre a realidade das Unidades de Internação no Brasil, o que, inclusive, justificou o interesse do CNJ para essa pesquisa, menos ainda se diz sobre o universo das adolescentes.

As meninas são, quantitativamente, menos representativas. Em todos os estados, à exceção de São Paulo, o número de garotas cumprindo a medida mais gravosa em meio fechado não ultrapassa a faixa de 50.

Sendo poucas, tornam-se ainda menos expressivas para a adoção de uma política socioeducativa voltada a seus anseios e especificidades, como já mencionado.

Para compreender a realidade do cumprimento da internação por parte dessas adolescentes apenas restava um caminho: ouvi-las. Retirá-las um pouco, ainda que por um breve momento, do completo anonimato. Necessário ainda ouvir funcionários e gestores do sistema socioeducativo. Como é trabalhar com elas? Como eles percebem a medida de internação? Como eles olham para aquelas adolescentes?

Antes, entretanto, era necessário saber onde estavam essas meninas. Foi preciso desenvolver uma etapa de conhecimento e mapeamento das unidades de internação femininas ou mistas em todo o Brasil. O objetivo inicial era aplicar um questionário (Anexo 1) a cada um dos responsáveis por essas unidades, procurando conhecer dados gerais do funcionamento delas. Porém, a primeira grande dificuldade consistiu no conhecimento dessas Unidades no Brasil. Depois de algumas tentativas frustradas, entramos em contato com as Varas da Infância e Juventude de todas as unidades da federação, iniciando pelas comarcas das capitais. Os contatos telefônicos das varas foram obtidos nos sites dos Tribunais de Justiça de cada estado.

Nos estados em que foram realizadas visitas às Unidades de Internação, os questionários foram entregues diretamente aos diretores ou alguém por ele designado para preenchê-los. Nos demais estados, a técnica de coleta se deu via e-mail. Os questionários foram enviados para as Unidades, respondidos e enviados de volta.

Nesse último caso, entretanto, obteve-se pouquíssimas respostas. Em alguns locais foi necessário passar o e-mail para as secretarias de estado responsáveis pela administração das Unidades de Internação, pois não era permitido aos diretores responderem ao questionário. Apenas as Unidades de Cariacica/ES, Goiânia/GO, Cuiabá/MT e Teresina/PI responderam. No caso de Curitiba, o diretor respondeu ao *survey*, mas enviou a resposta à secretária de estado que, até o momento, não reencaminhou.

Partiu-se, então, para o mergulho na realidade dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pará e do Distrito Federal. Nesses últimos, a pretensão foi compor um quadro sobre a realidade da medida de internação a partir das observações, mas, sobretudo, com base na narrativa das adolescentes e dos funcionários que estão no dia a dia com elas: psicólogos, assistentes sociais, advogados, médicos, enfermeiros e agentes socioeducativos. Para tanto, realizaram-se entrevistas semiestruturadas (Anexos 2 e 3). Nelas, o entrevistado foi conduzido a alguns temas específicos, mas, ao mesmo tempo, teve liberdade para conversar, privilegiando-se a fala improvisada do entrevistado e os temas que ele acaba por trazer ao pesquisador (BECKER, 1993; HAGUETTE, 2010).

Por fim, para montar o quadro do perfil socioeducativo e infracional das adolescentes, foi realizado tratamento quantitativo de dados contidos nos Planos Individuais de Atendimento (PIAs) ou processos judiciais das meninas. Esses documentos foram consultados e, a partir deles, foram produzidas frequências sobre informações diversas (idade, renda familiar, escolaridade, cor, orientação sexual, ato infracional, número de passagens no sistema socioeducativo etc.), as quais são apresentadas descritivamente. Nem sempre essas informações estavam contidas nos PIAs ou processos judiciais. Aliás, a falta de informações e padronização no preenchimento dos PIAs foi uma regra.

No caso de São Paulo, a administração da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA) negou o acesso aos PIAs ou prontuários das adolescentes. Sequer foi fornecida uma lista com o nome das meninas que cumpriam medida de internação no primeiro semestre de 2014 nas unidades Chiquinha Gonzaga e Parada de Taipas, o que também inviabilizou a coleta dos dados nos processos judiciais das adolescentes. Sendo assim, os dados relativos a esse perfil socioeducativo foram fornecidos, já com as frequências tratadas, pela própria Fundação CASA, dados esses que a pesquisa não empreendeu nenhum controle, testagem e análise.

Nas entrevistas, foram capturadas mais de 100 horas de falas que renderam um bom retrato do que, hoje, são as unidades de internação Santa Luzia/PE, Santa Maria/DF, Chiquinha Gonzaga/SP, Parada de Taipas/SP, Centro Socioeducativo Feminino Casef/PA e Centro Socioeducativo Feminino Casef/RS. As entrevistas foram degredadas por uma vasta equipe de voluntários e contratados.

No relatório, estão algumas dessas narrativas. A fala bruta das meninas e funcionários dizem muito sobre o que vivem no cotidiano dessas unidades: angústias, medos, expectativas, frustrações e revolta.

Em **Pernambuco**, a primeira visita ocorreu em 31.01.2013, perdurando até o mês de agosto, oportunidade na qual a equipe pôde acompanhar as mudanças ocorridas na unidade, especialmente em razão da alteração de endereço. Foram realizadas mais de 20 visitas à unidade, cuja direção, sempre solícita, autorizou a realização das atividades muito antes de os ofícios serem expedidos pelo CNJ. Levando-se em consideração a grande rotatividade de meninas no Case, a equipe definiu uma lista fixa para trabalhar com as meninas que estavam internadas na data de 05.04.2013, cujos PIAs, também disponibilizados pela direção da unidade, foram analisados e com quem priorizamos a realização das entrevistas. Ao total eram 35 adolescentes, mas três delas estavam em internação sanção, e, portanto, não foram incluídas nas análises. Ao final, foram realizadas 15 entrevistas com as adolescentes e 10 entrevistas com funcionários, entre equipe técnica e agente socioeducativo.

No **Distrito Federal**, os funcionários responsáveis pela Unidade de Internação de Santa Maria receberam a equipe e estiveram, durante todo o tempo, dispostos a auxiliar na pesquisa. Tanto a diretora da unidade como a coordenadora foram solícitas, abrindo as portas da Unidade de Santa Maria. No início das visitas, no mês de abril de 2014, o local acabara de ser inaugurado e os meninos e meninas haviam sido transferidos de outros espaços – como o antigo Centro Juvenil de Atendimento Especializado (Caje) e a unidade do Recanto das Emas (Unire) há apenas uma semana. Trata-se de unidade mista. Ainda, ocorria na época uma greve dos funcionários do Sistema Socioeducativo do Governo do Distrito Federal, que

estava provocando modificações e adaptações no cotidiano da Unidade e dos serviços nela oferecidos. Nas semanas seguintes, quando as adolescentes foram ouvidas, o relato era o de que ainda não se tinham iniciado as atividades e de que elas estavam sem escola e alternativas de lazer ou esportes.

Em julho de 2014, novamente a Unidade foi visitada. Dessa vez, a greve de funcionários já cessara e a transferência dos adolescentes tinha-se concluído há quatro meses. Ao mesmo tempo, a escola tinha começado a funcionar, ainda a passos lentos, uma televisão havia sido instalada em uma área comum e a quadra de esportes passava a ser mais utilizada. Ao final, entrevistamos 10 adolescentes e quatro funcionários.

No **Rio Grande do Sul**, no período em que o campo da pesquisa foi realizado – janeiro de 2014, o Casef contava com 23 meninas internadas, sendo que, desse total, sete estavam em internação provisória, 16 estavam cumprindo medida de Ispae (medida socioeducativa de internação sem possibilidade de atividade externa), duas estavam cumprindo ICPAE (medida socioeducativa de internação com possibilidade de atividade externa) e duas estavam em semiliberdade. Das meninas que estavam em internação provisória, quatro delas não receberam medida de internação, então não tiveram construção de PIA dentro do Casef.

O contato com a Presidência da Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS foi iniciado em novembro de 2013. A pesquisa foi autorizada no dia 15 de dezembro e as visitas à unidade foram marcadas para três segundas-feiras de janeiro de 2014, dias 13, 20, 27.

Foram realizadas, durante esse mês, cinco visitas à unidade, já que iríamos em horários predeterminados pela direção nas segundas-feiras e também em horários para conversar diretamente com técnicos e agentes socioeducativos.

Levando-se em consideração a grande rotatividade de meninas no Casef, a mesma metodologia de estabelecer a lista fixa foi adotada. Assim, o número foi de 21 (vinte e uma) meninas, que estavam internadas na data de 13.01.2014, cujos PIAs foram analisados e com quem foi priorizado a realização das entrevistas. Toda semana via-se meninas novas chegando e antigas saindo. Ainda assim, foi possível realizar todas as entrevistas desejadas, que totalizaram um montante de 13 entrevistas. Com os funcionários, foram sete entrevistas.

Por fim, no tocante a **São Paulo**, como já mencionado, o processo com a Fundação Casa foi difícil. Em março de 2013, a pesquisa teve início coletando informações da própria Fundação e as unidades de atendimento ao sexo feminino no seu sítio eletrônico e também no portal da transparência da própria instituição. Lá encontrava o organograma da Fundação e com isso foi possível localizar algumas unidades com endereços e contatos.

Não existia possibilidade de aproximação direta com as unidades, havendo a necessidade da mediação e autorização do setor competente para tanto. Esse setor na Fundação Casa é a Assessoria de Relações Públicas do Gabinete da Presidência, que foi contatado em dezembro de 2013. Após muitas solicitações de informações pelo portal da transparência, telefonemas e e-mails trocados, conseguimos o agendamento de uma reunião com a Presidência no final de janeiro de 2014.

Nessa ocasião, a pesquisa foi autorizada e a própria Assessoria se encarregou do trâmite para autorização judicial de entrada e realização de entrevistas nas unidades, tendo a entrada das pesquisadoras na unidade sido autorizada em março de 2014.

Entre os dias 13 a 27 de março, foram realizadas as visitas às duas unidades (Chiquinha Gonzaga e Parada de Taipas) para observação e produção de entrevistas com 39 adolescentes (incluindo oito adolescentes da Pami, Programa de Acompanhamento Materno-infantil) e 15 funcionários/as da equipe técnica, saúde, pedagogia e segurança das unidades.

Entre os obstáculos, estava a impossibilidade de acessar qualquer documento das adolescentes (incluindo os PIAs), conforme já se pontuou. Apesar disso, não foram encontradas grandes dificuldades em conhecer a realidade socioeconômica e familiar das adolescentes, afinal, a maior parte delas demonstrava certa facilidade em falar de si mesma, o que acabava por remetê-las ao “mundão”⁵.

No **Pará**, a primeira visita ao Cesef, ocorreu em 31.01.2013, perdurando até o mês de agosto. Na época, havia 23 adolescentes na unidade: 17 em cumprimento da medida socioeducativa de internação e seis em internação provisória. Realizamos onze visitas à unidade, cuja direção, sempre solícita, autorizou a realização das atividades e dedicou-se à apresentação do Cesef, bem como esclarecimento de dúvidas e disponibilização dos PIAs e processos das adolescentes.

Da mesma forma que os outros estados, para efeitos de análise de PIAs e entrevistas das adolescentes, foi utilizada a mesma metodologia para definição do universo da pesquisa. As demais adolescentes que surgiram na unidade posteriormente a essa data, portanto, não foram entrevistadas, bem como não tiveram os seus PIAs apreciados.

Nesse contexto, o total de 17 PIAs deveriam ter sido analisados, mas dois deixaram de ser estudados, já que um deles ainda estava em fase de elaboração e o outro não estava mais na unidade, porque havia sido enviado à equipe da semiliberdade, dada a progressão da

⁵ É a expressão utilizada para se referir ao que está externo à unidade.

adolescente pouco após o início da pesquisa. Logo, foram ao todo analisados 15 PIAs. Para suprir a defasagem de algumas informações não constantes nos documentos, consultados, ainda, os processos das adolescentes, cujo acesso se limitou ao número de 10. Foram, ademais, realizadas 12 entrevistas com as adolescentes e oito entrevistas com funcionários (entre equipe técnica e agente socioeducativo).

Por fim, importa relatar que as referências são utilizadas “A” para adolescentes e “F” para funcionários, cada um com numerações específicas que somente a equipe de pesquisa tem acesso, a fim de guardar o sigilo da identidade de todo o público envolvido nas entrevistas.

A seguir, os resultados do trabalho estão apresentados. Após a exposição do mapeamento geográfico, organizou-se a exposição dos dados em dois momentos. O primeiro, quantitativo, restringe-se à descrição das informações sobre situação socioeconômica, bem como o histórico infracional das adolescentes. No segundo, são apresentados a realidade das unidades de internação em seus diversos aspectos (educação, lazer, esportes, disciplina interna, visitas, revista etc.), a partir da fala das adolescentes, e, em seguida, um pouco de suas percepções e aquelas dos funcionários sobre o sistema socioeducativo e, especificamente, sobre a medida de internação⁶.

⁶ Como já mencionado acima, apenas alguns desses aspectos estão contemplados no presente relatório executivo. Os demais constam no relatório final da pesquisa, o qual está disponível no portal do CNJ.

3

Mapeamento geográfico

No Brasil, praticamente todas as unidades de internação de adolescentes do sexo feminino ficam nas capitais⁷. Apenas Goiás, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul possuem unidades no interior.

Em alguns estados, como no Amazonas, a equipe foi informada de que só existia uma Unidade de Internação Feminina, não havia nenhuma mista e que as adolescentes do interior eram mantidas em delegacias enquanto não fossem transferidas para a capital.

⁷ A lista completa com todas elas está no Anexo 4 deste relatório.

O mapa abaixo demonstra a distribuição dessas unidades.



4

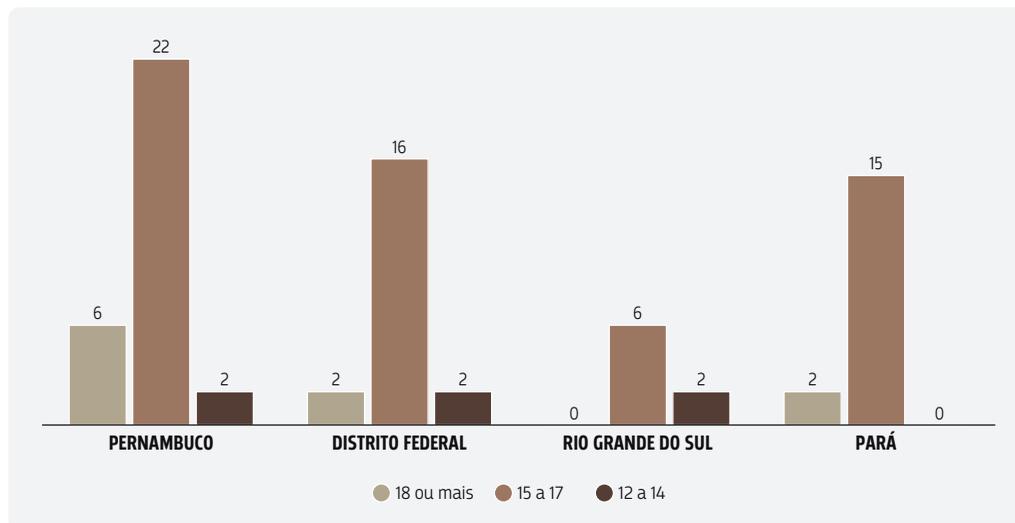
Etapa quantitativa

4.1 Perfil socioeconômico das adolescentes

O perfil socioeconômico das adolescentes é um dado fundamental para compreender não apenas de onde vêm, como eram suas famílias, os bairros onde moravam, o tipo de trajetória que tiveram até chegar ao sistema socioeducativo, mas também para compreender a atividade seletiva do sistema de justiça juvenil e o grupo social mais vulnerável ao controle estatal. Aqui, as difíceis conjugações teóricas entre pobreza, vulnerabilidade, seletividade e construção social da criminalidade ganham uma dimensão empírica fundamental a ser analisada.

A. Média de idade

Gráfico 1 – Faixa etária na data do ato infracional



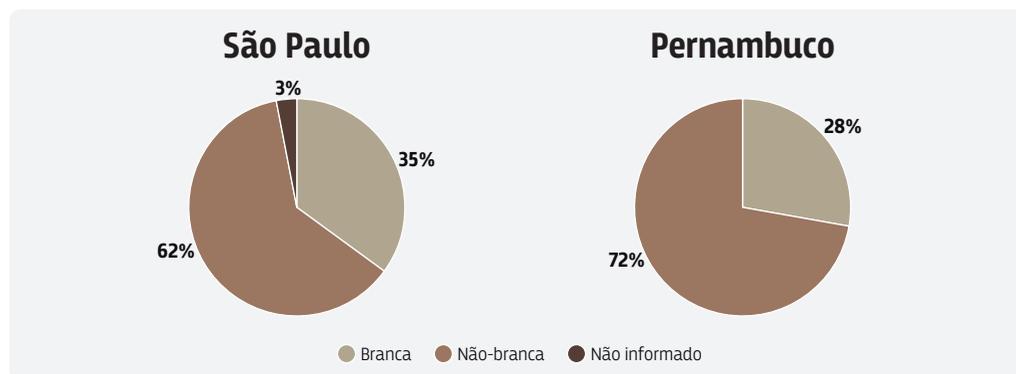
Em Pernambuco, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Pará, observa-se que a grande maioria das adolescentes praticou o ato infracional que desencadeou a medida de internação quando tinha entre 15 e 17 anos.

Em São Paulo, não houve acesso a essa informação, mas, tão somente, à idade das adolescentes no momento em que a Fundação CASA nos forneceu esse dado, isto é, em junho de 2014, quando já estavam internadas. Acompanhando a tendência que se verificou nos demais estados, as adolescentes internadas estão concentradas na faixa etária entre 15 e 17 anos.

No Pará, não existe nos PIAs a menção à data do cometimento do ato infracional, de modo que se buscaram essas informações nos processos aos quais se conseguiu ter acesso, o que não representa, portanto, a totalidade dos casos, visto que nem todos os processos foram acessados, como já dito.

B. Cor/raça/etnia⁸

Gráfico 2 – Cor/raça/etnia em São Paulo e em Pernambuco (%)



A informação sobre a cor/raça/etnia das adolescentes não estava presente em praticamente nenhum dos processos e PIAs avaliados. Nas visitas a todas as unidades, entretanto, ficava evidente a predominância de adolescentes negras. Somente em Pernambuco e São Paulo esse dado é fornecido de forma mais sistemática.

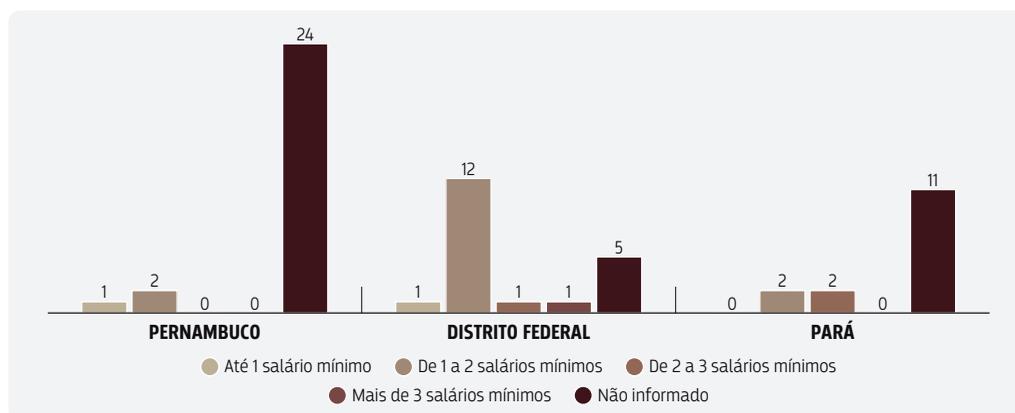
C. Domicílio

Em todo o Brasil, foram verificadas poucas unidades de internação feminina, e a maioria delas está localizada nas capitais de Estado. Esse dado se reflete na distância que essas adolescentes acabam por ter em relação a suas famílias, já que as visitas se tornam mais caras e raras. Em Pernambuco, quase 40% das adolescentes não residiam em Recife quando da prática do ato infracional e não tinham familiares com domicílio na capital. Em São Paulo, boa parte das adolescentes eram do interior ou do litoral. No Pará, cinco adolescentes moravam em Belém e nove, no interior do estado. Em três casos, essa informação não constava nos PIAs e processos. Em Brasília, todas residiam nas cidades-satélites do Distrito Federal, com concentração maior em Ceilândia e Samambaia. Suas residências estavam localizadas em bairros mais pobres, fato que se observou no País inteiro.

⁸ Optou-se utilizar o critério binário acerca da raça tendo em vista a variedade de opções que os estados elencam em seus pias (parda clara, parda escura).

D. Renda familiar

Gráfico 3 – Renda familiar



A informação sobre renda familiar não foi obtida nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

E. Estado civil

Em Pernambuco, 78,1% das adolescentes se declaram solteiras, 6,3%, casadas, 12,5% **têm** união estável. Em 3,1% dos PIAs dos casos não havia informação. Algumas das adolescentes que se declaram solteiras possuem relacionamentos afetivos com companheiros com quem já dividem, inclusive, moradia. 37,5% das adolescentes possuem filhos na faixa etária que varia entre 0 a 1 ano (50%) e de 1 a 3 anos (50%), tendo alguns nascidos na unidade de internação.

No Distrito Federal, todas as adolescentes se declaram solteiras e duas delas residiam com o namorado e filhos. Quatro delas possuem filhos (todos com até 2 anos) e uma estava grávida à época da pesquisa.

No Rio Grande do Sul, os Planos Individuais de Atendimento não procuram apontar o estado civil das adolescentes. Além disso, nas entrevistas, algumas afirmaram ter um companheiro fixo, mas não por meio de um casamento oficial.

Em São Paulo, os dados sobre o estado civil das adolescentes fornecidos pela Fundação Casa não conseguem diferenciar as adolescentes entre “solteiras” ou “casadas”, dizendo respeito apenas à grande maioria das adolescentes solteiras (86%) e a um quantitativo pequeno que não conseguiram obter a informação (14%), podendo haver adolescentes casadas neste último.

Por fim, no Pará, oito adolescentes se declaram solteiras e nos outros 7 casos essa informação não é fornecida.

F. Escolaridade

ECA

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

XI – receber escolarização e profissionalização;

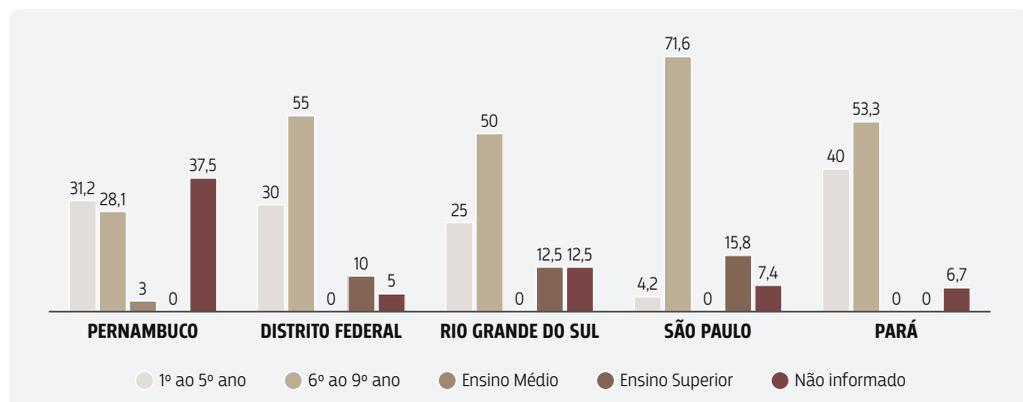
SINASE

Art. 15. São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação:

I – a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência;

Praticamente todas as adolescentes possuem defasagem escolar, já que, estando a maioria na faixa entre 15 e 17 anos, deveriam estar cursando o ensino médio. Há um percentual considerável delas que estavam entre o 1º e o 5º, mas a maioria, em todos os estados, cursava entre o 6º e o 9º ano.

Gráfico 4 – Escolaridade (%)



Embora seja um direito da adolescente, em nenhuma das unidades visitadas foi possível verificar que elas estariam dando continuidade aos estudos na exata série em que estavam, quando frequentaram a escola pela última vez⁹. Tanto é assim que raramente se observam meninas que avançaram nas etapas escolares depois que foram internadas.

⁹ Em Pernambuco, onde as informações mais pormenorizadas foram obtidas, o número de adolescentes matriculadas em escola no período de cumprimento de medida socioeducativa é 71,9%, com 9,4% não informados e 18,8% sem frequência escolar. A escolaridade atualizada das adolescentes, indicada pelo período de cumprimento da medida socioeducativa é de 83,2% no ensino fundamental, 3,3% no ensino médio e em 13,3% dos casos não há informações nos PIAs.

4.2 Processamento

A. Ato infracional

ECA

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

VI – internação em estabelecimento educacional;

VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

Art. 122 A medida de internação só poderá ser aplicada quando

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

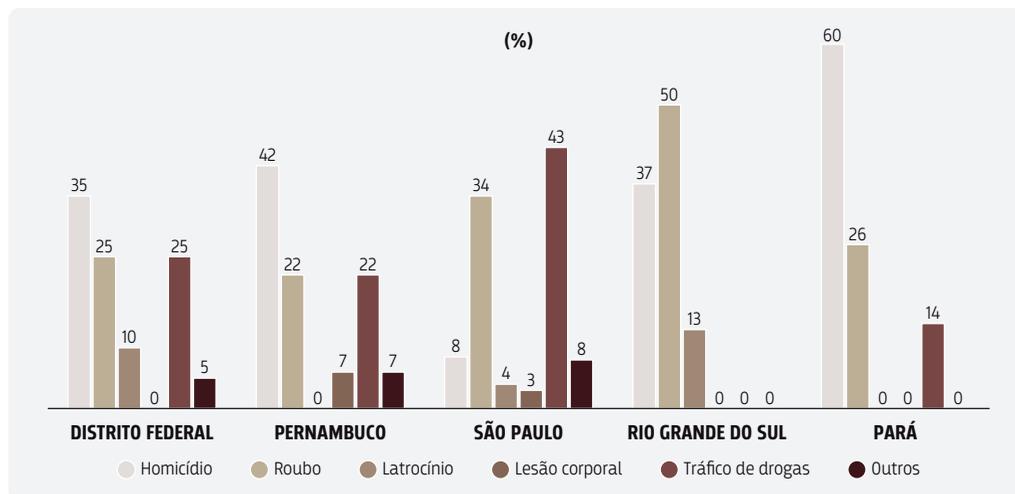
II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta

Súmula 492, STJ “O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente”.

Em todo o Brasil, deve ser destacado um percentual expressivo de adolescentes internadas por ato infracional análogo ao tráfico de drogas. No Distrito Federal (25%), em Pernambuco (pouco mais de 20%) e em São Paulo (mais de 40%) verificamos os percentuais mais elevados.

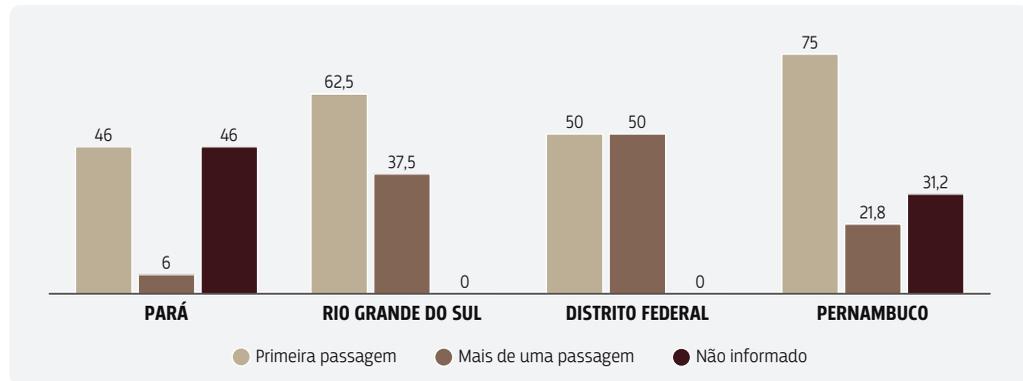
Gráfico 5 – Ato infracional



É importante ressaltar que em Pernambuco, há adolescentes internada por desacato e ameaça (no gráfico acima, insere-se na categoria “outros”). No Rio Grande do Sul, nenhuma das adolescentes cumpria medida de internação por tráfico de drogas, porém, boa parte das que estavam em internação provisória respondiam por esse ato infracional.

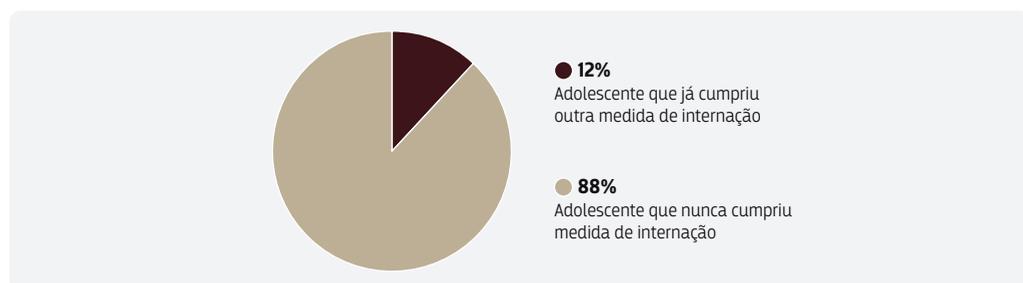
B. Passagens¹⁰ pelo sistema socioeducativo

Gráfico 6 – Passagens pelo sistema socioeducativo



Em São Paulo, não foi possível obter os dados diretamente dos PIAs ou processos judiciais. Portanto, a informação acerca do número de passagens das adolescentes pelo sistema socioeducativo ficou prejudicada. Apenas nos foi informado o percentual de adolescentes que já cumpriram, anteriormente, medida de internação. Isto é, adolescentes que já tiveram passagem, mas com medida de internação. Essas adolescentes são classificadas, pela Fundação CASA, como “reincidentes”.

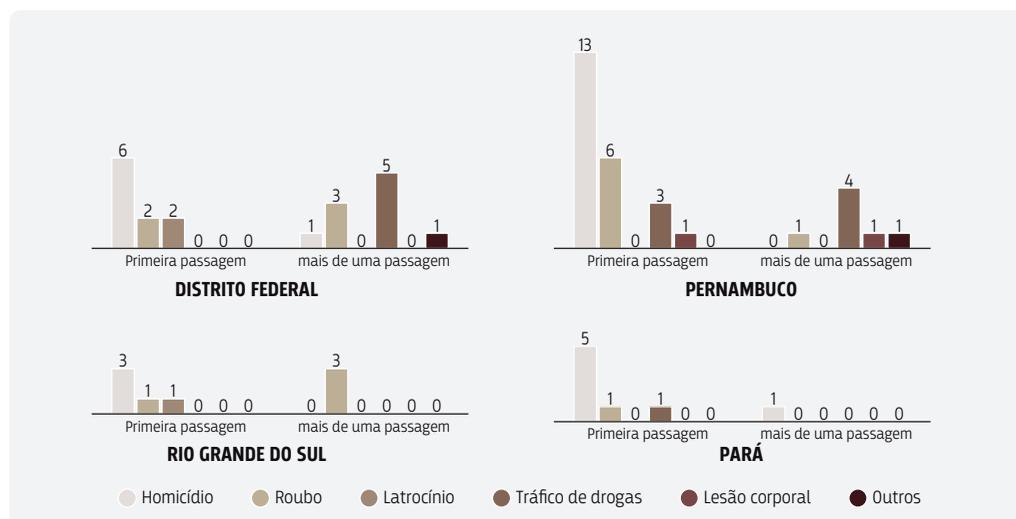
Gráfico 7 – Passagens pela medida de internação em São Paulo



¹⁰ Neste relatório optou-se por analisar o número de passagens pelo sistema socioeducativo, tendo em vista que o conceito de reiteração de ato guarda pluralidade de significados. A princípio não se confunde com reincidência, conceito técnico do Código Penal disciplinado no art. 63 do Código Penal que indica a prática de novo crime após o trânsito em julgado de crimes anteriores. Jurisprudencialmente, há o entendimento da prática de três atos infracionais – sejam eles quais forem crimes contra o patrimônio, como reiterados furtos ou até mesmo ameaça (Superior Tribunal de Justiça. Agrg no HC 207.087/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 23.8.2012; HC: 185490 SP 2010/0172228-2, Relator: Ministro GILSON DIPP, Data de Julgamento: 28/06/2011, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/08/2011; HC: 217704 SP 2011/0211856-4, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 07/05/2013, T5 – QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 14/05/2013). Mas também há julgados que referem-se a prática de duas condutas infracionais (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC: 221170 MG 2011/0241400-5, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 26/06/2012, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/08/2012), e mesmo casos em que nenhuma repetição é exigida (BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC: 81122 SP 2007/0080154-9, Relator: Ministro HAMILTON CARVALHIDO, Data de Julgamento: 10/09/2007, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJ 22.10.2007).

Não foi obtida, nos estados, a informação sobre o primeiro ato praticado pela adolescente, nas hipóteses de reiteração. As adolescentes com imputação de atos mais graves como homicídio e latrocínio estão, geralmente, na primeira passagem.

Gráfico 8 – Número de passagens por ato infracional



Em Pernambuco há poucas reiterações no sistema infracional, mas, quando existe, concentra-se no tráfico de entorpecentes – quatro das sete hipóteses de reiteração, estando as outras três diluídas (1 para roubo, 1 para outros, 1 para lesão corporal).

No Distrito Federal, metade das meninas está na primeira passagem pelo sistema socioeducativo. Dessas (no total de 10), a seis é imputada a prática de ato infracional análogo ao homicídio; a 2, latrocínio e outras 2, roubo. Todas as meninas internadas por tráfico de drogas já estavam na terceira ou quarta passagem pelo sistema de justiça juvenil, sugerindo que, ao menos nos casos analisados, não se internou por tráfico de drogas na primeira apreensão da adolescente¹¹. Os atos infracionais mais comuns no histórico infracional das adolescentes são o roubo (54%) e o tráfico de drogas (33%), seguido, por último, do porte ilegal de arma de fogo¹².

¹¹ O que, aliás, é o entendimento majoritário dos Tribunais Superiores, tendo sido editada a Súmula 492 do STJ.

¹² Os crimes contra o patrimônio sempre foram apontados como os mais comuns entre aqueles cometidos por adolescentes do sexo feminino, havendo, ao longo da história do sistema socioeducativo do Distrito Federal, uma predominância para o ato análogo ao furto (BRITO, 2013, p. 160). Mantemos o crime contra o patrimônio como a porta de entrada para o sistema infracional, mas, agora, com uma importante participação do tráfico de drogas.

5

Etapa qualitativa

5.1 Trajetórias¹³

Nesse ponto, o objetivo é trazer a fala das meninas a respeito de suas trajetórias familiar, escolar, social e de vivência de violência institucional ou não. Não se pretende com isso associar suas histórias com o ato em um raciocínio causal.

PERNAMBUCO

Muitas adolescentes relatam ter passagens em instituições governamentais e não governamentais. Delas, 18,8% já tiveram atendimento no Conselho Tutelar, 12,9%, durante a infância, passaram por acolhimento institucional¹⁴, 12,5% passagem no CRAS¹⁵, 12,5% no CREAS¹⁶, 9,4% com vivência de rua e 3,1% em casa de passagem.

¹³ Durante a exposição das narrativas, foi utilizado F para as falas dos funcionários, P, para a dos pesquisadores e A para a das adolescentes.

¹⁴ Medida Protetiva especial, destinada a adolescentes em situação de risco, entre as hipóteses, a ausência ou omissão dos pais ou responsáveis.

¹⁵ O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que tem como atribuição ofertar serviços e ações de proteção básica no território onde está localizado o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social Pnas/ 2004**. Brasília, Novembro 2005.

¹⁶ O Centro de Referência Especializado de Assistência Social é uma unidade pública que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto etc.).

Além do quadro de violações de direitos e rompimentos familiares que levam à situação de vulnerabilidade das adolescentes, o índice de meninas ameaçadas de morte, 9%, corroboram a vulnerabilidade social, comunitária e familiar das adolescentes.

A vulnerabilidade social e econômica das adolescentes é apresentada na seguinte fala:

F1 – [...] pessoas que num tinham a menor condição financeira, miseráveis, se alimentam porque tão aqui e se voltar pra rua não tem nem o que comer. Assim há uma complexidade de personalidades aqui, mas todas elas têm algum nível de fragilidade, nem todo mundo é culpado, nem todo mundo é inocente, algumas que são vítimas da própria sociedade, do próprio contexto

[...] muitas chegam aqui com saúde fragilizada, má alimentação, aqui tem... bem ou má, mas nós temos alimentação, há um corpo de enfermagem, há uma equipe pra escutar as histórias, orientar e fazer contato com família [...]

A assistente social consegue resumir o perfil das adolescentes:

F2 – [...] essas meninas são meninas de famílias vulnerabilizadas socialmente, meninas de famílias fragilizadas com histórias de violência: violência pais mães ou irmãos, que têm histórico criminal, pobreza extrema algumas, nem todas que não tiveram oportunidades na vida, outras que foram por questão de má companhia e más amizades, foram na cabeça de amigos, não escutaram, feito muitas disseram – se eu tivesse escutado meu pai e minha mãe eu não estaria aqui... mas se você for na casa não tem um grão de arroz para cinco ou seis pessoas.

E esta mesma profissional relata, muitas vezes, estar num dilema sobre o futuro da adolescente, pois não cabe ir para acolhimento institucional, por ter família, não é também caso de PPCAM, porque não está ameaçada de morte, mas também não tem como ir para casa, que é extremamente precária e a família completamente desestruturada, quando existe. “E aí, como faz, solta no mundo?”, relata.

Algumas adolescentes relatam fazer uso de drogas lícitas e ilícitas desde muito novas.

P – E usar alguma coisa vocês usavam?

A1 – Eu já usava, eu fumei maconha. Tudo tem a primeira vez pra alguma coisa, aí eu vi minhas amiga fumando maconha, aí eu fui experimentar, fumei umas três quatro vezes depois eu deixei.

A1 – Mas eu já fumei maconha, já cheirei cola, já experimentei o crack, de tudo um pouco na minha vida eu já fiz.

A1 – Eu já experimentei e não é do jeito que os povo diz não e até hoje eu tinha dez ano quando eu experimentei e hoje em dia só maconha. Já cheirei cola, já cheirei pó.

A2 – Eu fumava mas não era viciada só... eu fumava direto, todo santo dia

A2 – Eu fumava mai de noite só pra chegar em casa e minha mãe ficar já... e trancava a porta do quarto e ia dormir

A2 – Eu até agora só experimentei maconha e pó né? Pedra e dar tiro direito na lata do carro. Graças a Deus não.

Durante as entrevistas e observações não se pode perceber a existência (ilícita) de drogas no interior da unidade. Apenas em uma ocasião uma das adolescentes afirmou para um dos pesquisadores que determinada ocasião foi possível “colocar pra dentro” alguns cigarros de maconha, porém sem indicar como isso se deu.

A funcionária fala sobre o uso de drogas entre as adolescentes:

F2 – A maioria quando estava lá fora eram usuárias em algum tipo de entorpecente, quando vêm pra cá elas ficam sem, porque aqui elas não podem usar, então algumas quando saem a gente sabe que vai voltar a usar, mas a gente conversa muito. Graças a Deus eu num presenciei nenhuma crise de abstinência. Eu sei que é duro lá fora eu já acompanhei casos, então assim, a maioria eram usuárias lá fora como elas dizem mundão, muitas eram usuárias de maconha, a maioria delas, poucas de cocaína, poucas de *crack*. A maioria é de maconha e álcool.

Um fato observado na unidade é que a coordenação técnica mantém um acordo entre as adolescentes, como uma espécie de regra de fornecer três cigarros por dia, após cada refeição, e caso as obrigações pessoais atribuídas a cada adolescente não sejam cumpridas, elas deixam de receber o tabaco, estejam ou não as adolescentes em condição de gestação.

Em termos de marcas pessoais, muitas adolescentes relatam violência doméstica dos pais para com as mães, como indica este:

A4 – Meu pai pegou o revólver do cara que morreu, aí quando foi outro dia, meu pai sumiu pá matar minha mãe porque ela tinha dito as puliça que tava lá no beco. Aí meu pai pegou deu um tiro de doze e minha mãe tava com a cabeça assim, mas pegou no contador da luz lá de fora. Aí quando penso como foi na hora, foi Deus.

Além disso, muitas delas relatam não ser os primeiros membros da família selecionados pelo Sistema de Justiça Criminal ou pelo sistema socioeducativo:

A11 – Eu tava fazendo curso d=e gesso... aiiii mainha foi e mandou em levar o almoço do meu irmão. Aí eu fui levar. Aí meu irmão foi preso no dia. Aí eu comecei a esculhambar os policial.

A4 – Eu tava de rolo com o amigo do meu pai. Eu conheci ele quando eu tava indo visitar o meu pai no presídio

P – Ah, seu pai estava preso?

A4 – Meu pai tá preso ainda

P – [...] e teu rolo vem te visitar?

A4 – Ele tá preso também

P – Tua filhinha, tem quantos anos?

A13 – Tem dois anos e dois meses

P – Ela está com o pai ou com alguém da sua família?

A13 – O pai dela tá preso no Aníbal Bruno

Um funcionário relata um histórico de uma das adolescentes: “está todo mundo preso – a mãe o pai os irmãos e ela aqui. A mãe tá em cidadex o pai tá em cidadey¹⁷, o irmão tá no Anibal Bruno e por aí vai” (F8).

Em geral, as adolescentes narram o envolvimento com o ato infracional como uma experiência da adolescência, como relata uma delas:

A3 – Eu tava na escola, aí eu fui num influência de amizade: “bora, Dudinha, pra’ praça, fumar maconha”, aí eu ia; não pensava no meu futuro na minha frente e ia mimbora pá praça, aí ficava fumando maconha; chegava só no outro dia em casa; minha mãe preocupada comigo. Aí nisso eu fuiii na influência e largando o estudo, largando o estudo, aí parei na sétima série, aí fui mimbora ficar cum minhas amizades, pensando que minhas amizades era melhor que os meus estudos, aí quebrei a cara! Aí hoje eu tô pagando por um erro que eu fiz lá fora.

DISTRITO FEDERAL

Não foi possível obter nos documentos das adolescentes informações sobre passagens anteriores em instituições governamentais ou não-governamentais. Uma delas relata experiência de rua ou moradias muito precárias e de extrema vulnerabilidade decorrente de rixas, brigas que, segundo ela, são “do mundo do crime”:

P – Tu morava com quem?

A6 – Ca minha irmã. Minha filha e meus sobrinhos.

P – Tu tem uma filha?

A6 – Tenho, só que ela tá num abrigo. Aí a minha irmã foi presa.

P – E teus pais?

A6 – Morreram.

P – E como tu veio parar aqui?

A6 – Por causa de tentativa. A menina tá até aqui.

P – Aqui?

A6 – Uhum

P – E o que aconteceu?

A6 – Ah, é que na vida do crime você sabe né? É o certo pelo certo e o errado, o errado é cobrado. Aí ela era pé de pano...

P – O que é pé de pano?

A6 – Pé de pano é a mulher que pega homem casado. E muito nem foi por causa disso, foi porque ele tinha considerado que eu tinha ganhado a irmã dela. (inaudível) eu surtei mais ainda e acabei dando uma facada na irmã dela. Aí eu tenho duas tentativa.

P – E tu usava droga?

17 Os nomes reais das cidades foram ocultados a fim de evitar identificações.

A6 – Usava...

P – Usava o que?

A6 – Maconha, (inaudível) rophnol,... tudo

P – E tu tinha medo dessa vida que tu levava?

A6 – Tenho. Eu levei seis tiro, ó (a adolescente mostra as cicatrizes ao pesquisador) ó aqui ó, eu levei seis tiro (inaudível) eu usava uma sonda bem aqui ó.

P – E tu levou esses tiros de quem?

A6 – De um menino lá... meu irmão matou... só de ser irmã dele... é que ele matou uma pessoa e a outra pessoa cobrou, entendeu?

A maioria delas relata ter deixado a escola em algum momento da vida, o que é reverberado pelos dados quantitativos acima expostos:

A2 – A escola não tinha aula, tipo era uma escola muito, não sei, não tinha professor, a gente ficava dentro da sala sem fazer nada. aí depois tinha prova e não dava nem o conteúdo. aí eu decidi para a escola.

P – Você ia para onde?

A11 – Pra casa das amiga. Aí lá eu voltei a estudar, porque as mãe das menina forçava eu estudar, aí eu ia pra escola. aí quando foi no meio do ano, eu fui morar com outras pessoas, outros amigos, aí eu parei de estudar. aí depois eu fui morar com minha tia e minha tia me botou pra estudar. (A tia da adolescente é a sua sogra, com quem ela passou a morar quando iniciou o namoro, que já durava dois anos)

A1 – E escola era pública, mas eu quis parar de estudar.

P – E sua mãe, o que ela achava disso?

A1 – Não, minha mãe ela não concordou. Mas eu queria trabalhar.

P – Ah! Você trabalhava?

A1 – Ahan, eu não gosto de falar, mas eu traficava. É, é isso, eu traficava.

A6 – Estudei até a segunda série.

P – E tu largou por quê?

A6 – Ah, eu deixei mais por causa da vida do crime, né... eu larguei tudo né, deixei tudo. Até a minha filha de lado.

Algumas adolescentes fazem relato de violência sexual e física, normalmente provenientes de membros da família:

P – Você já viveu alguma experiência de violência sexual?

A3 – Já, mas... não chegou a acontecer, mas quando eu era mais nova não chegou a acontecer, mas quase aconteceu. Foi dentro da minha própria casa, com o marido da minha mãe.

P – Você já sofreu alguma violência? Física, psicológica, sexual...

A1 – Não, agressão física já.

P – Foi com o namorado, com o marido?

A1 – Não... a gente brigava assim... aí quando brigava saía nos tapas

Muitas delas relatam já ter familiares, amigos/as ou companheiros(as)/namorados (as) selecionados pelo Sistema de Justiça Criminal ou pelo sistema socioeducativo. As meninas não costumam ser a primeira “queda” no sistema de controle:

A3 – Eu morava em apartamento, dois quartos, sala, cozinha e área de serviço. Morava eu, minha mãe, marido da minha mãe, meus cinco irmãos pequenos.

P – Você é a mais velha?

A3 – Não, tem um irmão mais velho, de vinte anos.

P – Só que ele não morava com vocês?

A3 – Ele tá preso também.

P – Você tinha muitos amigos onde você morava?

A3 – Tinha, amigos não, mais conhecidos.

P – Quantos mais ou menos? Aqueles mais íntimos, que você conversava mais...

A3: Uns três, quatro, os mais íntimos.

P – Eles eram seus amigos de vizinhança?

A3 – De infância.

P – E o que vocês faziam juntos?

A3 – Nossa! Você quer saber mesmo?! Nós roubava, traficava, matava... só isso que nós fazia junto.

P – Eles tinham a mesma idade que você?

A3 – Não, eu era a mais velha do grupo.

P – Onde é a sua casa? Onde você mora?

A1 – Eu moro em Taguatinga, na verdade estou na casa da minha mãe.

P – Você morava com a sua mãe? Antes morava com quem?

A1 – Eu já fui casada, só que ele foi preso. A gente morava no P SUL. Aí minha amiga foi morar comigo

P – E morava só vocês duas? Morava eu, ela, a filhinha dela e uma outra amiga nossa.

P – Como é que foi a tua história? Como é que tu veio para aqui?

A4 – Eu tinha um namorado, o Flávio¹⁸, que ele também tá preso. A gente namorava e a gente mexia com tráfico de drogas lá em Taguatinga. Aí tudo bem. Aí ele já foi preso um monte de vezes e aí nesse dia a gente tinha acabado de sair do shopping e aí ele tava com droga e eu também.

Ao se referirem aos seus atos, algumas expressam estar em busca de independência ou mesmo poder de compra:

P – Por que você veio parar aqui?

A1 – Você diz o ato infracional?

P – Sim.

A1 – Tráfico de drogas.

P – Foi a primeira vez que você cometeu e veio pra cá ou você já tinha cometido várias vezes e deu errado essa?

18 Nome fictício.

A1 – Várias vezes, várias vezes. Eu saí, voltei...

P – Quando você se envolveu com tráfico, o que você buscava? Assim, qual era seu objetivo?

A1 – Ah, meu objetivo! Eu não queria pedir nada pra minha mãe, entendeu? Ela não podia me dar roupas de marca no meu aniversário... Meu objetivo era isso, ter dinheiro pra comprar minhas coisas. Exatamente.

P – Consumo?

A1 – É.

P – Você teve contato com o tráfico por meio de alguém?

A1 – Não. Eu via as pessoas vendendo... ganhando dinheiro. Aí quis também.

A5 – Eu fui mesmo porque eu não tinha vergonha na cara mesmo, eu via o povo fazendo e eu queria fazer também. Eu nunca dependi da minha família pra nada, eu sempre quis ter minhas coisas. Quando eu engravidei minha família jogou muito na minha cara. Tipo eles não me ajudou a comprar nada da minha filha, fui eu que fui pedindo...

Grande parte das adolescentes relata ter feito uso de drogas e somente poucas se entendem como dependentes:

P – Você tem dependência química de alguma substância? Você fumava ou cheirava alguma coisa?

A2 – Eu cheirava cocaína.

P – E você sente falta?

A2 – Na real: mais ou menos. Tem um lado da droga que é bom né, pra mim faz um pouco de falta.

P – Você fez algum tipo de tratamento pra drogas?

A2 – Não.

P – E outras meninas?

A2 – Sim, tem umas que tem. Tem uma que usa pedra, *crack*, aí elas têm que passar por isso.

P – Você já usou algum tipo de droga? Você tem alguma dependência química?

A9 – Dependência eu não tenho, não. Mas já usei. Mas nunca gostei muito não.

Uma das adolescentes se refere ao início do consumo de drogas como o momento em que sua vida teria “desandado”:

P – Tu estudou até quando?

A4 – Até a 7ª série.

P – Tu não gostavas do colégio?

A4 – Não, assim... Eu gostava de ir pra escola só que depois que eu comecei a usar drogas, essas coisas assim eu não tinha mais paciência pra ficar dentro da sala de aula, entendeu? Era irritada com todo mundo, qualquer pessoa eu já achava que queria fazer mal pra mim. Sei lá, eu ficava meio naquela. Depois eu parei de ir pra escola. [...]

A4 – Eu comecei com dez anos a usar drogas. Aí eu já fazia tratamento no negócio de drogas, o CAPS, não sei se você já ouviu falar. Eu fazia o tratamento lá, desde a rua eu fazia o tratamento lá. Aí eu parei de usar droga. Aí depois que eu vim pra cá eu nunca mais usei. Só uso cigarro mesmo.

RIO GRANDE DO SUL

A vulnerabilidade familiar, pensando-se pela fragilidade dos laços, faz a contabilização de que 11 das meninas internadas se encontrariam nessa condição. Entretanto, é pertinente observar que a maior parte desse tipo de informação vem dos PIAs, isto é, passam pelo que as técnicas averiguam ser uma família estruturada ou não.

Entre as 19 meninas entrevistadas, 16 relataram uso de drogas – sendo que, nos PIAs, apenas constavam aquelas meninas que tinham um uso mais prejudicial de substâncias, necessitando de algum encaminhamento na área de saúde mental.

As meninas internadas no Casef apresentam diferentes relações e usos com substâncias entorpecentes. Importante destacar trecho de entrevista:

A1 – Eu pensava tudo errado. Não, porque amanhã tipo, eu surtei antes do tempo, sabe? Antecipadamente. Não, não vai dá errado. Não vou largar das drogas, também quero morrer, eu pensava assim, sabe? Quero morrer por causa disso. Eu não tinha mais nada a perder. Vou morrer. Quero usar, daí usava, usava, usava, sabe? Não tava nem aí. Pra ti vê, nem banho eu tomava na rua [...]

P – E morava. E por que que tu acabou vindo pra cá?

A2 – Ah por besteira né, fui fazer o que não devia, fui nas pilha de um guri, do meu amigo, um guri que eu ficava, aí ele foi fez o negócio e eu fui junto, daí vim parar aqui.

A3 – Aaah eu ficava com a minha irmã que é famosa traficante, né? Que ta aqui comigo agora...

P – Tá aqui?

A3 – Tá aqui. Tá presa junto comigo. Minha irmã... e eu gostava de ficar com ela e com os guri. Foi aí que eu caí de volta. Me envolveno. Começano a me entrosar de novo aonde não era pa mim tá.

SÃO PAULO

Em São Paulo, conhecemos todo tipo de garota. Muitas já tinham passado por abrigo ou mesmo cumprido outras medidas socioeducativas:

P – E por que você veio pra cá pra Fundação Casa?

A6 – Porque eu desacatei o promotor quando eu fugi do abrigo, dano ao patrimônio público e ameaça

P – E foi a primeira vez que você veio pra cá ou já tinha passado antes?

A6 – Já tinha vindo pra cá já, essa é minha terceira passagem aqui

P – E você acha que dessa vez é diferente, mudou alguma coisa?

A6 – Mudou nada

P – Quanto tempo tinham sido as outras internações?

A6 – A primeira vez eu fiquei cinco e doze dias, e minha provisória eu fiquei um mês e quinze dias

P – E agora você tá aqui há quanto tempo?

A6 – Fiz onze meses ontem, tô de resposta

P – As outras vezes foram pelos mesmos motivos?

A6 – Foi

P – E que que aconteceu pra você ter desacatado o promotor, você quer falar um pouco sobre isso?

A6 – Porque eu fugi do abrigo, aí eles falaram que era pra eu voltar e eu não voltei, fiquei um mês fora de casa, aí quando eu voltei eles falaram que o promotor queria falar comigo, só que ele começou a me desacatar, me tirar verbalmente, aí eu xinguei ele

P – Isso lá no abrigo ou em alguma audiência?

A6 – No Fórum

P – No fórum?

A6 – No fórum. Ele falou que eu parecia uma favelada, uma nóia, falou um monte de coisa, aí eu fui lá e xinguei ele

P – Ele falou isso pra você?

A6 – Falou

P – Você deve ter ficado bem brava né?

A6 – Fiquei no ódio

P – E foi o mesmo promotor as três vezes?

A6 – foi

P – E o defensor que te ajudou foi o mesmo?

A6 – Foi [...]

P – A primeira vez que você veio pra cá, você tinha quantos anos?

A6 – Tinha doze

P – E a segunda, você tinha quantos?

A6 – Treze

P – E agora?

A6 – Vou fazer catorze.

P – Mas então não é a primeira vez que você veio parar aqui?

A1 – Não. Sétima.

P – Sétima vez. Mas todas as outras foram por causa do roubo?

A1 – Roubo e agressão. [...]

P – E nas outras vezes que você foi internada você não pensava assim?

A1 – Eu não fui internada, fiquei só 45 dias e peguei 3 meses fiquei na semi, fiz prestação de serviço.

Muitas adolescentes relataram o uso de drogas, lícitas e ilícitas.

P – Antes de vir pra cá, você ficava mais em casa ou mais na rua?

A5 – Mais na rua.

P – Tá. E o que você ficava fazendo?

A5 – Ficava usando droga.

P – Usando droga... Qual droga?

A5 – Ah, usava *crack*.

P – E você se sentia bem morando na rua?

A5 – Me sentia bem. Me sentia bem, por causa eu ficava a noite inteira usando droga, né? Acho que me sentia bem, né? Porque a noite inteira virada assim na rua, acho que me sentia bem. Mas agora acho que eu assim se eu usar, eu vou me sentir mal, né? Dormir na rua, eu não sei...

P – O que você usava?

A3 – cocaína, maconha e lança. Eu não conseguia parar. Mas agora eu nem sinto tanta falta da droga. Só sinto falta do cigarro, assim, porque no cigarro eu sou mais viciada.

Segundo a psiquiatra de uma das unidades, cerca de 1/3 das adolescentes internadas na unidade fazia acompanhamento por uso de drogas.

Perguntadas sobre suas vidas fora da unidade, a maior parte disse já ter frequentado médico – sem especificar especialidades – e dentista; possuíam referências familiares, mas já se entendiam como independentes; ter baixa frequência na escola e uma rotina preenchida basicamente por distrações com amigos.

P – Certo! E antes de vir pra cá?

A11 – Aí... Ah, eu saí muito nova de casa, né? Eu saí de casa eu tinha 15 anos. Eu ia pra casa dos amigos e tal, dormia lá... Meu pai ficava preocupado, ia atrás de mim... Ah, eu vivia disso, né? De zoar! [...] Daí depois eu com 15 anos comecei a sair de casa, comecei indo pra casa de amigos e não voltava pra casa e passava 1, 2, 3, 4, 5, dias fora.

P – Que que você gostava de fazer antes de vir pra cá?

A13 – Sair com meus amigo, com minhas amiga

P – Que que vocês faziam?

A13 – Dava um “peão” numa festa, ia pro lago...

P – Você gostava?

A13 – Gostava

P – Sente falta dos seus amigos?

A13 – Sinto [...]

P – E você tinha quantos amigos mais ou menos assim?

A13 – Ah, tinha uns 10 lá por lá

P – 10 amigos? e da onde que eram seus amigos? De onde você conheceu eles?

A13 – De lá mesmo

P – De lá da cidade? Mas da escola... da onde?

A13 – Da rua

P – Da rua? E você ficava mais dentro de casa ou mais...?

A13 – Ficava do lado de fora, conversando com meus amigos [...]

P – E você estudava antes de vir pra cá?

A13 – Estudava, mas eu parei

P – Parou? em que série você parou?

A13 – Parei na sexta

P – E o que você gostava de fazer antes de vir pra cá?

A9 – Ah, gostava... ah, não sei, porque eu vivia mais pra rua do que curtir minha vida... ficava só vendendo droga. Não tinha muita coisa que eu gostava de fazer não.

Foi bastante comum aparecer na fala das entrevistadas uma referência às amizades como algo do passado, uma relativização do que seriam verdadeiras amizades e a menção de que, apesar de serem pessoas de muitos amigos, não consideravam ninguém como amigo lá dentro, sendo necessário um estado permanente de desconfiança em relação a todas as meninas.

P – E você tinha muitos amigos?

A9 – Ah, tudo que não prestava...

P – É? Quantos amigos fortes, assim, que você sempre andava com eles?

A9 – Não dá pra saber, porque é vários né... cada lugar que você vai tem gente que não presta. Eu tinha também as pessoas boas, que não mexiam com essas coisas... eles me falavam pra eu parar de mexer com isso, que não ia me levar a lugar nenhum. Diziam que eu só ia ficar magra, feia... mas eu nem escutava o que eles falavam, o que minha mãe falava...

No caso das adolescentes gestantes ou que tiveram filhos na PAMI, existia uma negação em falar dos genitores dos bebês e, em alguns casos, diziam apenas que estavam presos, tinham vida errada e/ou que o(a) filho(a) era só seu.

Chamou atenção o fato de as adolescentes da PAMI não poderem ter qualquer tipo de relação com as demais adolescentes da unidade, com quem tinham contato apenas durante as aulas da escola oferecidas para todas.

Por não haver acesso aos PIAs, pouco se sabe sobre a circunstância do ato infracional.

P – Vamo lá. Por que você veio parar aqui? O que você fez?

A2 – Eu tava traficando.

P – Você tava traficando? Como que foi? Como que aconteceu?

A2 – Eu tava querendo dinheiro, né? Aí eu fui e trafiquei, né? Fui traficar lá perto de casa.

P – E a polícia te pegou?

A2 – Aí eu tava dentro do prédio, né? Fumando aí as polícia chegou e me pegou. A polícia chegaram e me pegou.

P – Aí eles te trouxeram pra cá?

A2 – Unrum”

P – Nossa... E o que que aconteceu que você veio parar aqui?

A3– Meu b.o?

P – É.

A3 – Roubo. Eu e minha, essa parceira do mundão, a gente roubou e eu tava andando de carro, eu sei dirigir.

P – Ah, você dirigia?

A3 – Aham.

P – Carro de quem?

A3 – Carro roubado.

P – Carro roubado?

A3 – Aham... Aí eu tava dirigindo um carro que eu tinha roubado no dia anterior. As minhas duas passagem, eu tenho duas né, passagem. Essa é a segunda.

P – Ah, essa é a segunda?

A3 – Aham. Mas a primeira eu só fui pra delegacia, assinei, e saí.

Boa parte das adolescentes também relatou não estar sozinha no momento em que cometera a infração ou que recebiam suporte de alguém conhecido ou mesmo da família, com raras exceções.

P – E por que você veio pra cá?

A13 – Aí, por B.O.

P – É, de que?

A13 – Latrocínio

P – Latrocínio? Como é que foi?

A13 – Não fui eu que matei, foi meu cunhado

P – O quê que aconteceu?

A13 – Foi assim... aí o amigo do meu pai chamou – chamou – meu cunhado, que eu já tava “mucho loca” na hora

P – Que que você tinha usado?

A13 – Pó. Aí ele chamou nois, aí foi eu, meu cunhado e o... o... Fião. Aí nois foi, aí nois chegamo lá e eu fiquei do lado de fora. Eles falou que ia roubar o véio, aí eu não fui, falou que ia roubar o véio. Aí chegou no Conchal e meu cunhado deixou eu. Aí vim eu e o Fião embora. Aí chegou no Conchal, passou no jornal que o véio tinha morrido, fiquei sabendo... passou no jornal que o véio tinha morrido, dai eu caí como laranja.

Muitas meninas se referiam aos seus atos como uma maneira de adquirir poder de compra:

P – O que que te motivava a roubar?

A3 – Ostentação.

P – É? Ter dinheiro para comprar as coisas que você queria?

A3 – Aham.

P – Desde o começo foi isso?

A3 – Porque oh, é, eu nunca precisei roubar assim pra colocar as coisas dentro de casa, sempre a minha família trabalhou. Só que eu queria, o que os outro tinha eu queria... Só que eu queria o melhor daquele pra não ser igual os outro. Eu roubava um carro... Teve um carro que eu vendi, sete mil reais.

Aí só roubou eu e minha parceira, aí deu três e meio pra cada. Eu dei quinhentos reais pra minha vó, né... Eu falei que eu tinha ganhado. Aí ela perguntou de quem eu falei que tinha jogado na mega sena.

Eu não usava muito. Eu não era muito de usar, é que meu namorado não deixava. Menos quando eu brigava com ele. Aí eu traficava. Gostava.

Nesse sentido, recorda o pedagogo de uma das unidades de um passeio ao teatro onde, “Depois de oito meses internadas quando saíram para um passeio musical, reparavam os tênis e a marca das roupas das outras meninas, estão presas ao consumismo” (F1)

PARÁ

Embora não afirmem expressamente, percebe-se, por meio dos relatos das adolescentes, que todas elas moram em bairros pobres de periferia; nas ditas comunidades, e em casas muito pequenas, especialmente quando se relaciona a quantidade de cômodos com a quantidade de habitantes da casa. Ademais, os salários que sustentam a família são provenientes de empregos dos quais não se espera uma alta remuneração, como empregadas domésticas e vendedores ambulantes. A família inteira, inclusive, muitas vezes, chega a ser sustentada pelo salário de apenas um integrante ou as adolescentes chegam a trabalhar para que a renda familiar seja complementada.

PF – Quantas pessoas moravam contigo?

A8 – 5.

PF – Tua mãe, tu...

A8 – Seis comigo. Cá minha mãe, meus três irmãos...

PF – Éé... como era a tua casa lá no 'bairro'?

A8 – Era de madeira com dois compartimentos.

PF – Aí morava todo mundo... tu dormias com teus irmãos, né?

A8 – É!

PF – Ee... como é que vocês faziam assim... pra sobreviver?

A8 – Como assim?

PF – Éé... a tua mãe trabalhava com quê e do quê que vocês viviam assim...?

A8 – Do dinheiro que minha mãe recebia trabalhano de doméstica.

Os trabalhos desenvolvidos pelas adolescentes, além da aparência de irregularidade, apresentam perspectivas de baixa remuneração. Escutou-se a menção, nas entrevistas, a trabalhos como vendedoras de espetinho ou tapioca na rua, vendedora de verdura no mercado, babá, empregada doméstica, entre outros. Houve, ainda, uma adolescente que mencionou a prostituição como fonte de renda. No contexto do trabalho das adolescentes, percebeu-se que grande parte delas parou de estudar muito novas em razão do trabalho, que era exercido principalmente para ajudar a família.

A6 – Eu num gostava de estudá... eu estudava, aí no meio do ano eu parava, meus amigo... meus amigo me convidava pá eu i pa festa, aí eu ia. Fugia da escola [...]. Aí depois que eu saí de casa eu comecei a me prostituir... pra mim comprar já minhas roupa, minhaa meu 'ox', maconha... pa mim ir pá festa também cas minhas amiga. Minhas amiga também elas junto comigo, elas se prostituíam [...].

A12 – Eu trabalhava com ela... com minha mãe pra ajudar a manter as coisas na casa.

PF – Tu fazias o que tu...

A12 – Eu cheguei a vender verdura... eu cheguei a trabalha em... com babá... cuidá da criança.

PF – Entendi... tu ficaste quanto tempo assim nesses trabalhos?

A12 – Eu sempre foi desde pequena...

PF – Desde pequena?

A12 – Desde pequena... desde meus 10 anos pra frente... sempre ajudei ela porque tipo assim é mãe, né? A gente num gosta de vê sua mãe pá sustenta três... três filhos, né? Sem pai... [...].

PF – Tu estudaste até que série?

A12 – Até terceira série.

No mais, todas as adolescentes entrevistadas, as quais relataram ter estudado em escolas públicas, apresentaram trajetórias escolares rompidas, tal que apenas duas delas frequentavam a escola quando da prática do ato infracional e, mesmo essas, não estavam no período escolar regular conforme suas idades.

PF – Tu estavas estudando, 'A5', quando tu vieste para cá?

A5 – Não. Parei de estudá vai fazer 4 anos.

PF – Tu tava com que idade quando tu paraste de estudar?

A5 – Meus 10, meus 10 não, mas meus 11 anos.

PF – Um... tu paraste em que série?

A5 – Parei na segunda série.

Não se pode precisar quanto aos serviços públicos oferecidos e desfrutados pelas adolescentes nos bairros em que residiam, salvo no que tange ao serviço de saúde, já que todas as adolescentes entrevistadas afirmaram a existência de posto de saúde no bairro onde moravam. No entanto, algumas situações de vulnerabilidade foram narradas, especialmente no que tange à facilidade ao acesso a drogas em locais próximos a sua residência. Uma das adolescentes, inclusive, afirma que sua avó vendia droga dentro de casa, local onde morava.

PF – E aí como é que vocês faziam, assim, pra se manter tal... pra sobreviver?

A3 – Tem gente que ia usar droga na minha casa dá dinheiro... a minha avó vendia droga [...].

PF – Entendi... tem gente que vai pra tua casa...

A3 – Usar droga.

PF – Aí paga. Ah... entendi, mas, tipo, num era do bairro assim... vai só... lá só pra...

A3 – Às vezes é do bairro, aí as vezes num é.

PF – Entendi e aí a tua avó também vende...

A3 – Um hum.

Importante ressaltar, por fim, que quatro adolescentes afirmaram que, quando forem postas em liberdade, não irão mais voltar para o local onde moravam porque estão sendo ameaçadas pelos familiares das vítimas de seus atos infracionais ou até mesmo pela comunidade. Elas temem, inclusive, pela própria família – que ainda mora no mesmo lugar – já que não são apenas elas os alvos das ameaças.

PF – E como é que tá tua mãe [...]?

A12 – Ela tá correndo risco de vida; ela tá ameaçada.

PF – Por que que ela tá ameaçada lá?

A12 – Por os familiares dele; eles falam se eles verem ela na rua lá eles matam... a minha irmã... tem uma criança no meio também; uma criança; uma inocente. Eles falam que, se eles verem ela, eles matam [...]. Aí eles ficam ameaçando e num... tipo assim... ela ainda num arranjou lugar pra ela sair de lá; ela ainda num saiu de lá por conta disso, porque ela não tem lugar aonde ela morar aqui, entendeu?

PF – Então tipo... a tua família toda tá ameaçada lá?

A12 – Tá toda ameaçada [...].

PF – E... mas tu vais voltar lá pra 'local onde adolescente mora'? Como é que vai ser?

A12 – Não, não vou poder voltar para 'local'; tem condições não, porque eu tô ameaçada lá. Não posso!

As adolescentes, com a exceção de duas, na data do ato infracional moravam com os familiares responsáveis.

Acredita-se simplória a suposição de que as adolescentes são mais propícias à prática dos atos infracionais em razão dos rompimentos familiares. Conquanto a existência desses rompimentos, foram exceções os relatos de abandono afetivo por parte da família; até mesmo as que chegaram a fugir de casa em busca de um pouco mais de liberdade, asseguraram a existência de afetividade no seio familiar e atribuíram às fugas da casa incompatibilidades dos estilos de vida; essas incompatibilidades se relacionavam, principalmente, ao estilo de vida festeiro das adolescentes.

A7 – O meu pai me criou desde pequena; até agora que ele me criou... [...] com quinze anos eu saí de casa.

PF – Saíste de casa com 15 anos. Por que tu saíste de casa com 15 anos?

A7 – Meu pai me prendia muito. Meu pai num me deixava ir pras festa; meu pai nu deixava eu namorar.

PF – Aí...

A7 – Eu fugi.

PF – Aí tu fugiste.

A7 – Aí ele foi atrás de mim; chamou o conselho tutelar e tudo, mas num deu jeito de eu ir não [...].

PF – O conselheiro conseguiu... quando te achou.

A7 – Me achou... conversaram comigo, aí eu falei que eu num ia voltar.

PF – Mas, assim, o que é que tu acha disso? Do teu pai ir atrás de ti... hoje tu ainda... tu ainda pensa do mesmo jeito que tu pensava na época que tu fugiste?

A7 – Não, eu penso o contrário.

PF – Como assim?

A7 – Eu penso em trabalhar e ajudar o meu pai; que meu pai vende mocotó na rua.

PF – Tu moravas só com a tua mãe?

A11 – Era! E três irmão meu. Uma mulher... nós somos 4... duas mulher e dois homens [...].

PF – Ee... é... tu te davas bem com essas pessoas lá na tua casa?

A11 – Sim.

PF – Como era o relacionamento de vocês assim?

A11 – Era normal, como uma família unida, a diferença é que tinha era porque eu gostava de festa. Era a única crítica que eles tinham de mim, mas, fora isso, mais nada. Era normalmente. A gente brincava... é... não tinha; não tinha essa frescura de tá xingando os outros... não! Era tudo normal! [...] Pra dizer que eu tinha amiga mermo, só minha mãe e minha irmã, o resto era tudo colega!

Há, assim, constantes relatos das adolescentes no sentido de frequentarem festas normalmente não destinadas a menores de idade, bem como, nelas, o contato com drogas lícitas e ilícitas. Essa relação com as drogas, no entanto, não ocorre apenas nessas festas, mas faz parte do dia-a-dia das adolescentes, havendo, inclusive, relatos de que o cometimento do ato infracional foi devido ao uso de drogas.

PF – O que é que tu gostavas de fazer, assim, antes de vir pra cá?

A6 – Eu gostava de sair. Eu gostava de sair cas minhas amigas [...].

PF – Um hum. E que tipo de festa vocês iam?

A6 – Balada. Pá praça... gostava de beber, beber... fumava. Fumar maconha, oxí.

PF – Tu usavas drogas; usas drogas desde quando?

A6 – Desde os meus 15 anos.

PF – Um... e tu estás com... 17, né?!

A6 – 17.

PF – Entendi! As tuas amigas também?

A6 – É!

PF – A tua mãe sabia?

A6 – Não. Aí passou... eu saí de casa... eu brigava muito cá minha mãe [...], aí eu comecei a... a morar cá minha amiga, aí eu... aí eu, depois disso, eu caí na bagaceira. Num tinha controle [...].

PF – Entendi! Por que tu brigavas com a tua mãe?

A6 – Porque ela me dava conselho e eu percebia que tava errado... pra mim, tava errado!

PF – Que tipo assim de conselho [...]?

A6 – Pra mim num sair... ddaas minhas amizades, pra mim estudar; eu num gostava de estudar [...].

PF – Quanto é que tu gastava mais ou menos, assim, com droga tal?

A6 – Ahh... negócio de quinhentos.

PF – Mas que... por mês assim oou...

A6 – Não! Por dia!

PF – Por dia?

A6 – Éra.

PF – Quinhentos reais por dia?

A6 – Era! [...].

PF – Por que que tu cometeu este ato? Por que tu te envolveste nisso?

A7 – Eu fumava muito... fumava muito. Eu... fumava oxi, fumava massa, aí eu trabalhava também pra mim sustentar o meu vício!

5.2 Condições do cumprimento da medida

A. Estrutura física das unidades

ECA

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

SINASE

Art. 16. A estrutura física da unidade deverá ser compatível com as normas de referência do Sinase.

§ 1o É vedada a edificação de unidades socioeducacionais em espaços contíguos, anexos, ou de qualquer outra forma integrados a estabelecimentos penais.

PERNAMBUCO

Ao longo da pesquisa em Pernambuco, o Case Santa Luzia passou a funcionar em uma nova unidade, de modo que vivenciamos a realidade desta última e da antiga. O antigo CASE situava-se em uma residência com dois andares, uma pequena piscina e uma pequena área de lazer, a qual denominavam de quadra, porém a mesma tem menos de 5m² de cumprimento e nos dias de visita o local é usado para tal finalidade.

Não havia local destinado à realização de atividades esportivas, exceto a piscina, cuja utilização é de lazer e se dá apenas no final de semana. No andar de baixo, ficavam os

quartos das internas, ao passo que a parte superior da casa comporta a administração. É uma casa com muro protegido de cerca de arame farpado.

Segundo dados oficiais da Funase, a unidade tem capacidade para 10 adolescentes, e, no momento em que a pesquisa começou a ser realizada, existiam 35 adolescentes internadas.

Existem cinco quartos e um deles é resultado da transformação da cozinha em quarto, o qual aloja 10 adolescentes. Não há portas nos quartos, mas grades, à semelhança de celas. As meninas dormem em beliches, cada uma com sua própria cama, exceto nos períodos de superlotação, quando passam a dividir as camas. As adolescentes passam o tempo, quando não estão envolvidas com atividades, nos seus quartos, não podendo circular pela casa.

A divisão dos quartos é feita por idade e afinidade entre as adolescentes não havendo respeito por critério de idade, compleição física e gravidade da infração. No térreo, existe uma sala de televisão que contém uma TV velha, protegida por uma grade, um sofá velho e paredes sujas e escritas.

Há um quarto de isolamento nos fundos da casa, destinado ao castigo. É um minúsculo vão sem janelas, muito quente, onde há uma cama de cimento e não há banheiro. As meninas que estão “de castigo” tomam banho em local vigiado por uma agente para que ninguém se aproxime, visto que não há banheiro.

Na parte superior, há cerca de seis quartos que são adaptados para as salas da administração. Não existe na unidade gabinete odontológico e salas de entrevista pessoal de membros da equipe técnica. Também não existem salas de recursos audiovisuais, bem como local específico para assistência religiosa. Não existe creche e local destinado às mães com bebês.

A nova unidade é uma casa com três pavimentos, muros de pedra de estatura mediana para alta, protegidos com arames farpados e tela de proteção. Os pavimentos são divididos com grades.

Na parte externa do térreo, logo na entrada, há o almoxarifado e os armários dos funcionários, os banheiros dos funcionários, além de uma piscina, permanentemente suja, na qual as adolescentes tomam banho nos finais de semana, uma área com deck e mesa de madeira, onde ficam as adolescentes, quando não estão nos quartos e ou no refeitório

No interior da casa, no térreo, há cinco salas distribuídas da seguinte forma: coordenação técnica, secretaria, direção, enfermaria. Existem ainda os banheiros dos técnicos e o refeitório.

No primeiro andar, existem cinco quartos das adolescentes, um dos quais suíte e um com banheiro coletivo. Na área comum entre os quartos, tem-se a televisão colocada nos pés da escada e atrás das grades. Não existem sofás ou cadeiras. O quarto 1 é denominado berçário, no qual existem dois beliches (quatro camas) e um berço, onde dormem as adolescentes gestantes e com bebê. Esse quarto é aberto por uma varanda, onde as adolescentes estendem suas roupas. Como se observa, não se dispõe efetivamente de berçário, não obstante, frequentemente, existam bebês acompanhados por suas mães.

O quarto 2 aloja cinco pessoas, no qual há três beliches (seis camas). O quarto 3, tem dois beliches e acomoda 5 adolescentes, cujos pertences são guardados numa varanda e, no chão, além das roupas que são penduradas, um varal montado na varanda. O quarto 4 está inutilizado devido a uma rebelião. As adolescentes desses quartos dividem em comum um banheiro que não tem portas.

O quarto 5 possui dez beliches, abrigando 10 adolescentes. É um quarto suíte, cujo banheiro (que não possui porta) é utilizado somente pelas usuárias do quarto. Há um pequeno *closet* utilizado para guardar os objetos e roupas pessoais das adolescentes, bem como uma varanda.

No terceiro andar há as salas de aula e outras destinadas a atividades pedagógicas. A Escola tem duas salas de aula, cada qual com média de sete cadeiras, a sala dos professores e coordenação pedagógica no mesmo recinto, a sala de informática e a sala de curso profissionalizante de cabelereiro.

Existe uma área ampla, na qual, segundo informações da direção, são realizadas outras atividades pedagógicas, como os ensaios do coral e as atividades de dança.

Essa nova unidade tem um anexo, que era a antiga escola que as adolescentes frequentavam, denominada Casa Vovó Geralda. Trata-se de uma casa muito velha, sem qualquer identificação ou mecanismos visíveis de proteção, cuja entrada guarda entulhos e lixo, local, inclusive, onde se encontraram as caixas térmicas de transporte de alimentos.

No primeiro, andar existem dois quartos, cujas portas são grades, de onde saem fios de energia e antena de TV. O primeiro quarto, possui dois beliches, com quatro adolescentes e uma televisão com aparelho DVD e muitos discos de DVD piratas. O segundo é vazio.

Nesse quarto, a parede possui aberturas para o lado externo, onde existem muitos pombos, de modo que o odor muito forte desse tipo de animal impregna o ar do ambiente. O quarto é mal iluminado e não é devidamente arejado, visto que inexistem janelas.

O que efetivamente se pode perceber é que o anexo é destinado às adolescentes que recebem algum tipo de castigo na outra unidade e para lá são encaminhadas, como foi o caso relatado por todas as adolescentes.

DISTRITO FEDERAL

A unidade de internação de Santa Maria é a mais nova de todas as visitadas. Inaugurada em março de 2014, passou a acolher todas as adolescentes do sexo feminino que, antes, estavam na Unidade Recanto das Emas (Unire). Para lá, vão as meninas em internação provisória e sentenciadas à medida de internação. É uma unidade mista, em que meninas e meninos ficam separados em duas grandes alas.

Sem dúvida, de todas as unidades femininas conhecidas pela equipe na pesquisa, a de Santa Maria é a que mais se assemelha a um presídio. A arquitetura é de uma penitenciária e a dinâmica de administração do tempo e da liberdade das meninas internamente, também. A unidade fica muito próxima a um batalhão da Polícia Militar. Os agentes e assistentes socioeducativos utilizam roupas pretas, lembrando os agentes penitenciários. Atrás das suas blusas pretas, há o nome “agente”. Internamente, há vários blocos que se assemelham a pavilhões. Cada pavilhão tem uma funcionalidade: pode ser escola, pavilhão disciplinar e, na maioria dos casos, abrigam os quartos, que são como celas.

Em cada quarto, dormem três adolescentes. Eles são equipados com um banheiro e uma cama, além de prateleiras onde as meninas colocam seus pertences. Não há televisão ou rádio e, como nos disse uma delas, nem mesmo tomada.

O regime de contenção das meninas pareceu o mais severo de todos os visitados no Brasil. Segundo o relato que fizeram, ficam trancadas durante todo o dia, saindo apenas para o “banho de sol” e as atividades escolares, esportivas e de lazer. A unidade possui uma quadra poliesportiva (para os meninos e as meninas).

A escola fica em um desses pavilhões e possui várias salas de aula, algumas com portas de madeira e outras com portas de ferro, padrão mais comum na unidade.

No pavilhão das adolescentes internadas, existe uma sala à esquerda onde ficam as agentes. Da sala, através de um grande vidro, é possível visualizar o refeitório e os dois corredores dos quartos das adolescentes. Estas, de dentro, também podem ver a sala dos agentes. À direita, ficam duas salas de atendimento, onde as meninas também passam por revistas na entrada e saída desse pavilhão.

Seguindo, há mais uma porta, que separa essa antessala do refeitório. O refeitório possui duas grandes mesas de cimento e bancos. À direita, fica um corredor, separado por outra porta de grade, no interior do qual visualizam-se dois quartos. Nesse corredor, ficam as adolescentes “de maior”, conforme relatado pelas adolescentes e funcionárias. Olhando para frente há um pequeno pátio (de cerca de 30 m²), separado também por uma porta de ferro e destinado ao banho-de-sol das adolescentes. Mais à esquerda, há mais um corredor, separado por uma porta de ferro, onde estão os demais quartos, das adolescentes “de menor”.

Não há, na Unidade de Santa Maria, qualquer estrutura específica para crianças, como berçários, creches ou brinquedotecas. As adolescentes que têm filhos relataram que, às vezes, recebem visitas, embora isso não ocorra com frequência por vários motivos: suas casas são distantes da Unidade que, segundo uma delas, “fica no meio do nada” (fala da adolescente).

A nova unidade é fruto de queixas generalizadas entre as adolescentes, sobretudo em função das poucas atividades de lazer oferecidas e do regime de intensa contenção:

A3 – Não, é bom essa unidade, mas tipo é diferente, porque nós não têm televisão nos quartos, não têm água quente, não estamos estudando ainda, não estamos tendo cursos... só por isso que eu estou achando ruim, mas fora isso, é como qualquer outra unidade.

RIO GRANDE DO SUL

A infraestrutura da casa, comparada com as outras casas de internação da capital (todas destinadas a adolescentes do sexo masculino), é a melhor. Em geral, o Casef parece oferecer um ambiente mais confortável – se é que se pode dizer isso de uma casa de privação de liberdade – do que as outras casas para o cumprimento da medida em meio-fechado e se diferencia delas em diversos aspectos. Isso porque a pesquisadora responsável pelo campo em Porto Alegre, integrante da equipe permanente, foi à Casa Chiquinha Gonzaga, em São Paulo, auxiliar na coleta de dados e pode, conforme os relatos do seu diário de campo, notar diferenças gritantes em relação à estrutura dos locais.

“A casa de bonecas” se diferencia, também, por sua estrutura e pelas atividades oferecidas. É uma casa bem pintada, colorida, sempre organizada e limpa¹⁹. Isso porque, entre as atividades diárias das jovens, há a obrigatoriedade de fazer faxina. Caso elas recusem, podem vir a cumprir sanções disciplinares.

¹⁹ Diferente do que acontece nos Cases onde os adolescentes do sexo masculino cumprem medida. A esse respeito ver íntegra da notícia que relata o pedido, por parte do Ministério Público de interdição do CASE-POA I em março do corrente ano pela falta de higiene e superlotação. Disponível em: <http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/ministerio-publico-pede-interdicao-de-unidade-da-fase-em-porto-alegre-4816.html>. Acesso em: 7 dez. 2013.

Quando se entra no Casef, chega-se a um hall onde fica a recepção. Ao lado direito, fica a sala de direção e, perto, uma sala administrativa. No corredor que existe do lado esquerdo, ficam as salas de atendimento dos técnicos da casa, além do consultório médico e do consultório odontológico.

Passando para o interior da casa, encontram-se os dormitórios e no subsolo fica o “projeto lavanderia”, a biblioteca, e Escola Estadual Tom Jobim, o pátio e um salão grande usado para festas.

SÃO PAULO

Diferentemente dos demais estados pesquisados, o estado possui mais de uma unidade de internação feminina.

As unidades visitadas – Chiquinha Gonzaga e Parada de Taipas – possuem estruturas físicas bem diferentes. A presença de muros altos, grades e portões pesados, no entanto, não conseguem desfazer a imagem de “prisões”, termo, aliás, comumente usado pelas adolescentes.

O prédio da Unidade Chiquinha Gonzaga, com capacidade para 120 adolescentes, é o maior, possuindo duas alas com grupos de adolescentes distintos que não se cruzam nas atividades durante o dia e um subsolo onde ficam salas de aula, pouco iluminadas. O prédio da Unidade Parada de Taipas é menor, mais iluminado e organizado em módulos pintados com cores diferentes e grafites que remetem à identidade de gênero feminina.

Na entrada de ambas as unidades, há uma “guarita”, geralmente com duas pessoas de segurança, uma janela de vidro aparentemente à prova de balas e duas portas pesadas com trancas liberadas após a entrada autorizada numa comunicação que ocorre por telefone. A parte da frente da unidade é sempre ocupada por funcionários do corpo administrativo e equipe técnica que não costumam ficar no mesmo ambiente que as adolescentes, exceto quando precisam fazer atendimento. Há sempre um pequeno *hall* que dá acesso a essas salas e também ao corredor que nos leva para dentro da unidade, após passar por ao menos uma grade e alguns agentes.

Dentro da unidade, existem dormitórios, banheiros, refeitório com televisão, salas de aula para escola e curso profissionalizante, quadra(s), biblioteca, cozinha e lavanderia. No caso da Unidade Parada de Taipas, os dormitórios, banheiros e refeitórios estão juntos, dentro de um módulo – ao todo, quatro – e lá existe ainda uma piscina. No caso da Unidade Chiquinha Gonzaga, há mais de uma quadra e há também um quarto sem nada chamado de “tranca”.

Nos dormitórios de ambas as unidades cabem de 15 a 20 pessoas, no máximo. Nos banheiros, equipados com aproximadamente três chuveiros, só há divisórias onde há vaso sanitário. Dessa forma, é inevitável que as adolescentes vejam umas às outras enquanto tomam banho. Na unidade Parada de Taipas, há um cômodo ao fundo considerado como “closet das meninas” onde elas podem se vestir após o banho. Os poucos pertences, contudo, são geralmente deixados embaixo do travesseiro ou próximo à cabeceira da cama.

A maior parte das salas de aula é pequena e cabe, no máximo, 12 meninas sentadas nas carteiras. Nas duas unidades, existem salas específicas para curso profissionalizante ligado à culinária (como de “salgadeiro” e “cozinha regional”) e cabelereiro com equipamentos necessários.

A biblioteca da Chiquinha Gonzaga fica em uma sala e a da Parada de Taipas no corredor que dá acesso à sala de atendimento da psiquiatra. Elas possuem um número considerável de livros – mas, de conteúdo escolar – sem muita variedade. As adolescentes podem pegar livros. Os livros de literatura, no caso da Chiquinha Gonzaga, são oferecidos por um funcionário. Com facilidade encontramos bíblias por cima das camas.

À parte de tudo isso está a PAMI, que, apesar de ficar dentro da Unidade Chiquinha Gonzaga, está em um prédio próprio e tem muitas especificidades por atender apenas às meninas grávidas e as recém-mães, com seus bebês.

O local é silencioso e dispõe de uma sala de estar com sofás e uma televisão. As meninas relataram que, em alguns momentos, podem assistir a ela. É naquela sala, com sofás acolchoados, que elas têm a possibilidade de conversar e cuidar de seus bebês. Também há um refeitório onde ficam as geladeiras (com cadeados) e o micro-ondas. É para lá que levam as refeições.

Existem dois quartos com camas e berços. Cada mãe dormia ao lado de seu bebê. Havia ainda uma sala onde ficavam algumas profissionais quando iam fazer ali seus atendimentos. A estrutura também dispõe de um cômodo onde ficam armários que guardam seus pertences pessoais. Outro cômodo é reservado para os banhos dos bebês. Nesse último, existem duas grandes banheiras metálicas e duchas de água morna. Há também prateleiras com caixinhas decoradas, uma para cada bebê e seus respectivos pertences (alguns fornecidos pela casa, outros são trazidos pelas famílias das meninas).

As roupas dos bebês são lavadas pelas mães, enquanto as roupas delas são fornecidas pela lavanderia da unidade. A PAMI possui ainda uma sala própria para atendimento das técnicas e um almoxarifado. Ao entrar nessa área, vemos bebês, carrinhos e brinquedos por toda a parte.

PARÁ

O Cesef fica localizado em uma área residencial. Na rua que dá acesso à unidade, é possível perceber, de longe, que não se trata de uma residência. Muros e portão altos e estrutura com aspecto de “caixa de concreto” compõem os principais traços que podem dar essa indicação logo de início. Em uma das laterais da unidade, há um corredor abandonado em que a comunidade costuma depositar lixo e entulhos, o que causa sérios transtornos à unidade, na medida em que implica na proliferação de ratos para lá dentro²⁰.

O imóvel, como um todo, não se encontra em bom estado de conservação. Internamente, a unidade se encontra dividida em dois grandes espaços: a parte administrativa, que compreende as salas de atendimento, salas de apoio técnico, biblioteca, sala da SEDUC (onde professores da rede estadual desempenham parte de suas atividades), sala da enfermaria, refeitório, cozinha, cautela, almoxarifado; e a ala destinada aos quartos-cela, contenção, lavanderia, pátio, salas de aula, sala da monitoria. A separação entre a parte administrativa do prédio e a ala onde as meninas ficam a maior parte do dia se dá por um portão de ferro, com vários cadeados, cujas chaves ficam com os agentes socioeducativos.

A parte destinada aos quartos está dividida em três alas, que se seguem, uma ao lado da outra, em uma espécie de corredor. Cada quarto possui um portão de ferro, também controlados por cadeados. Há grades por todos os lados: nas portas dos quartos, nas entradas de cada ala. A unidade possui 12 quartos-cela²¹ os quais abrigam, no máximo, três meninas, muito embora haja um armário e colchões excedentes, sugerindo que aquele espaço – não se sabe como – poderá vir a abrigar até quatro meninas. As adolescentes não dormem em camas, mas em colchões no chão, que é bastante úmido. Há apenas um quarto separado dos demais, que possui cama e que se destina a atender à menina que, eventualmente, está grávida na unidade.

Os cômodos estão em condições muito precárias e, conquanto sejam frequentemente arrumados e limpos pelas adolescentes, o aspecto geral é de que estão sujos.

Os banheiros dos quartos-cela não possuem porta, também são extremamente úmidos e se encontram em péssimo estado de conservação, o que transmite a impressão de que não se trata de um local asseado. Não há box ou cortinas para tomar banho e o vaso sanitário é feito de cimento. Um dos quartos possui um banheiro razoavelmente maior do que os demais, em razão do atendimento a adolescentes com necessidades especiais.

²⁰ A gerente explicou que o frequente acúmulo de lixo naquela área tem provocado a proliferação de ratos, que entram pelo esgoto nas dependências da unidade, demandando maior frequência em serviços de higienização e desratização. Ela explicou, ainda, que há um projeto de reforma da unidade, já licitado inclusive, em que se busca ampliar a unidade, a fim de ocupar o “corredor de lixo” que fica entre a unidade e o muro vizinho.

²¹ A denominação quarto-cela é amplamente utilizada entre as meninas e profissionais. Costuma-se referir a esses espaços como “QCs”.

As salas de aula, que ficam próximas aos quartos das meninas, são extremamente pequenas e quentes e possuem um banheiro próprio. Nelas não há aparelho de ar-condicionado; apenas ventiladores de teto antigos. Nesse contexto, embora o número de meninas por turma seja pequeno, as salas são muito abafadas. Outrossim, há um pátio central na unidade, destinado ao lazer das adolescentes. A despeito de possuir uma área relativamente grande, com uma rede de vôlei e duas traves, o espaço para jogos fica bastante limitado em razão da existência de uma espécie de cabana construída no centro do pátio, impedindo a sua total utilização. Além dos espaços destinados aos cursos, e da sala da TV, trata-se do único espaço de lazer das meninas, em que elas passam um período considerável de tempo, que é o da recreação.

Há espaços para oficinas: uma ampla sala destinada às atividades da oficina de corte e costura, com algumas máquinas de costurar, e também outra sala destinada às oficinas de pintura em tecido, chamada de sala de arte e pintura.

O local destinado ao castigo no Cesef é chamado de “contenção”. Trata-se de uma área isolada dos demais quartos-cela, em que existem dois quartos, que se seguem em um corredor extremamente estreito. Não há colchão nos quartos da contenção e cada um deles possui um banheiro isolado. Ademais, esses quartos são bastante pequenos e um deles sequer possui janela ou exaustor, o que faz com que aquele espaço seja extremamente desconfortável, do ponto de vista da luminosidade, do espaço e da temperatura (o local é muito úmido, quente e com pouca luminosidade).

A parte administrativa também carece de adaptações, as salas são muito pequenas e, tendo em vista o aumento no número de meninas internadas, já quase não satisfazem as reais necessidades de atendimento. A unidade, de um modo geral, é muito quente, e os aparelhos de ar-condicionado são muito antigos. Cozinha e refeitório são espaços, apesar da condição geral do prédio, de alguma forma, conservados e limpos.

A sala de enfermagem é muito pequena, há uma mesa e uma cadeira disputando espaço com uma maca e um armário onde se encontram localizados os remédios disponíveis na unidade. O atendimento psicológico é feito também em sala própria. Trata-se de uma pequena sala, às proximidades da sala da gerência, contendo basicamente uma mesa e cadeiras. Não há computador na referida sala e o aparelho de ar condicionado – como, aliás, boa parte dos existentes na unidade – encontra-se bem deteriorado e sujo. As meninas, quando são atendidas pela psicóloga ou assistente social, geralmente ficam neste espaço da unidade. Os pais, familiares ou responsáveis, quando chegam para visitas, também são encaminhados com alguma frequência para conversa com a equipe técnica, naquele espaço, o que subsidia a evolução do atendimento de cada menina.

Por fim, percebe-se que a organização e a estrutura da unidade estão construídas em torno da segurança; com o objetivo de obter maior vigilância, controle e evitar a ocorrência de conflitos na unidade.

B. Escola e atividades pedagógicas

ECA

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

XI – receber escolarização e profissionalização;

SINASE

Art. 15. São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação:

I – a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência;

PERNAMBUCO

Em Pernambuco, existem os programas Travessia²² e o Programa Paulo Freire – Pernambuco Escolarizado²³, estimulados pelo Governo do estado com a concessão de gratificação especial para professor com regime de 40h em unidades de atendimento socioeducativo (PERNAMBUCO, 2012).

Contudo, nenhuma das atividades foi observada ao longo do cumprimento da medida, especialmente porque as adolescentes não avançam na formação escolar, não ultrapassando séries letivas. As adolescentes que não sabem ler ou escrever não receberam formação nesse sentido, conforme as entrevistas.

Quando a medida socioeducativa era cumprida na antiga unidade, as adolescentes frequentavam o que se denominava de “Vovó Geralda”, uma espécie de escola destinada exclusivamente às adolescentes em cumprimento da medida. As avaliações feitas pelas adolescentes em relação a essa ‘escola’ são péssimas. As que optavam por estudar eram levadas diariamente ao local, onde estudavam e participavam de cursos profissionalizantes. Como se observa, a escola não é obrigatória. Uma narrativa de um membro da equipe técnica esclarece:

F2 – Elas não são obrigadas a ir. Vão se elas quiser.

²² O travessia é um programa de Aceleração de Estudos do Governo do Estado para atender a adolescentes fora da faixa escolar de dois ou mais anos no ensino médio e ensino fundamental.

²³ Visa a beneficiar o educando que se encontra não alfabetizado na faixa etária a partir de 15 anos de idade.

P – Ah é?

F2 – É. Elas têm que ir se elas não forem elas passam o dia no quarto e ficam sem fumar. Sim mas o que isso resolve? Isso é o que a juíza e o promotor mais levam em consideração é a questão da educação, a frequência escolar e a participação, mas muitas acham que não têm nada a perder, o que tinha de perder já perderam (F2).

Uma adolescente tenta resumir o cotidiano escolar, comparando com a unidade de interação provisória

A10 – No Cenip a gente estudava, fazia uma tuia de coisa de manhã, aí de tarde a gente almoçava, aí a gente subia fumava e ia dormir, quando era duas hora se alevantava e fazia a oficina de novo, aqui num tem nada pra fazer, só assistir televisão e dormir.

Quando ocorreu a mudança para o novo endereço, a escola passou a funcionar dentro da própria unidade. Mas o espaço é pequeno para abrigar todo mundo. Exemplo disso é funcionar na mesma sala a coordenação pedagógica da unidade e a sala dos professores.

Em termos de atividades profissionalizantes, a Funase apresenta convênios, a exemplo com o Núcleo Ariano Suassuna de Estudos Brasileiros da Universidade Federal de Pernambuco, para o oferecimento de cursos profissionalizantes de cabelereiro e ensino da língua espanhola. Porém eles não são executados.

O que existe, como regra, são atividades de artesanato em modalidades diferentes, como *decoupage*.

Em termos de atividade pedagógica, também não foi possível verificar muitas. As adolescentes participam da atividade denominada canto coral em libras, no qual aprendem algumas palavras em libras e realizam apresentações externas.

Outra atividade é a promovida pelo Grupo Operacional de Drogadição (GOD) que mensalmente realiza discussões sobre drogas.

DISTRITO FEDERAL

No caso do Distrito Federal, todas as meninas relataram que não estavam estudando. Há de se mencionar que, à época da pesquisa, a Unidade contava com apenas dois meses de uso e, segundo explicado pela diretoria e coordenação, estavam em fase de adaptação das atividades.

A Unidade possui um pavilhão que é destinado à escola onde serão ministradas as aulas. Em julho de 2014, quando a coordenadora da pesquisa voltou à Unidade, recebeu a informação de que a atividade retornou de forma precária e que no mês de julho todos estavam

de férias. Quando indagado às adolescentes, elas afirmaram que só existiram aulas para os meninos e atividade das meninas só teriam início em agosto.

Estava em andamento, ainda, na época da pesquisa, o projeto “Leitura – A arte do saber”. O objetivo do projeto é estimular a leitura por parte das meninas. Elas devem ler um livro e escrever uma resenha. Se o fizerem, ganham o que os funcionários e elas mesmas chamam de “regalias”, sendo a principal delas um telefonema para seus familiares.

A3 – Agora vem um homem aqui e entrega uns livros. Aí eles tão dizendo que se a gente ler, a gente vai ter benefícios. Ligação e tudo o mais.

Na unidade, as adolescentes que recebem visita não podem telefonar, a maneira possível de usar desse meio de comunicação é por meio das resenhas dos livros. Como nos demais estados, muitas adolescentes expressaram desejo de seguir profissões que exigem nível superior, mas outras se referiram a atividades que prescindem dessa exigência.

A2 – Trabalharia com salão. Mas eu não quero isso pra minha vida eu quero algo melhor... Eu pretendo terminar os meus estudos, cursar uma faculdade de enfermagem e pagar uma faculdade de Direito.

De toda forma, a unidade não contava com escola e nem cursos profissionalizantes em andamento.

As adolescentes relatam, ainda, não ter qualquer tipo de atividade de lazer.

P – Você cumpre a rotina, os horário das atividades?

A3 – Cumpro sim. (P – Já deixou de cumprir? Já teve algum problema em relação a isso?) Já, no início quando eu cheguei eu dava mais trabalho. (P – Você resistia, não queria fazer as atividades?) Nenhuma. Não queria ir pra escola, não queria ir pra curso, pra nada entendeu? Mas eu tinha que ir... (P – Mas o que que acontecia quando você falava: não, eu não quero ir!) Ficava de medida. É tipo sem banho de sol, sem ver televisão, isso.

P – E aqui dentro tem normas que vocês têm cumprir?

A9 – Tem. Tem que seguir o procedimento aqui dentro. Respeitar as agentes. Ir pra escola. Fazer os serviços.

O que se extrai, portanto, é que o aprisionamento é o cotidiano da unidade, com desrespeito aos direitos do adolescente de não ter seu curso escolar interrompido.

RIO GRANDE DO SUL

As meninas têm diversas opções de atividades, trabalhos e cursos. A escola acontece nos três turnos – manhã, tarde e noite –, e o horário de aula vai depender da turma que a menina está cursando. Para as meninas que não estudam pela manhã, há as seguintes possibilidades: fazer um curso profissionalizante (dentro do Casef); participar de um estágio,

se a menina estiver em ICPAE; trabalhar remuneradamente no Projeto Lavanderia ou, ainda, a opção do horário de leitura na biblioteca da casa.

O Projeto Lavanderia acontece pela manhã e pela tarde, e é uma possibilidade das meninas começarem a juntar um dinheiro dentro da casa. Ganhando aproximadamente meio salário mínimo, as meninas que participam do projeto – que não pode ser qualquer uma, tem um perfil a ser considerado por ter de operar a maquinaria industrial – lavam as roupas de todo o complexo da FASE de Porto Alegre.

Existe, também, outro projeto que é o do Mini lanches, para o qual também há um perfil para poder dele participar. Nesse projeto, as meninas que participam precisam ter autorização para cozinhar e mexer com utensílios de cozinha, além da necessidade de ter dinheiro para poder comprar os ingredientes dos lanches. Junto com uma educadora, as meninas desse projeto fazem a escolha de um cardápio de lanches e sobremesas que serão vendidos nos dias de visitas para os familiares. Outra informação relevante é de que esses mesmos lanches podem ser vendidos para os funcionários.

Passado o turno da manhã – às onze e meia da manhã, começa a ser servido o almoço para as meninas – se repetem as atividades: escola para as meninas que cursam à tarde, curso profissionalizante ou estágio, horário na biblioteca, lavanderia, etc. A mesma rotina se dá no turno da noite, para aquelas meninas que cursam a escola no horário vespertino. Durante a noite, há a possibilidade de atividades dirigidas, em que as meninas podem fazer tricô e bordado. No final da tarde, as meninas podem, também, assistir à televisão.

A rotina muda um pouco apenas na quarta-feira, dia em que acontecem os GOs (Grupos Operativos) e as visitas dos familiares (as visitas acontecem aos domingos também). O GO é um espaço em que as jovens podem falar à vontade sobre as coisas que acontecem na casa sem muita censura; falam dos incômodos e brigas internas e tentam resolver conflitos, sendo um espaço fundamental para o convívio das internas. Para a assistente social do Casef, por exemplo, o GO é a atividade que mais contribui para a ressocialização das adolescentes em cumprimento de medida.

F1 – Eu acho que o Grupo Operativo que é um espaço semanal de uma hora e meia que a cada um dos grupos, né, o grupo da internação, o grupo da internação provisória, o grupo da internação definitiva, o com atividades externas, da semiliberdade, é esse espaço semanal de grupo operativo que é realizado em cocoordenação técnica, que é um espaço onde elas podem livremente expressar o que elas pensam e sentem. Ali sim é um espaço que deve haver censura e onde a regra é que não pode ter agressão física e nem agressão verbal e que as coisas devem ser faladas. Eu acho que esse espaço do grupo operativo com uma orientação e com uma coordenação capacitada para isso, ele permite que a palavra, que a fala seja um instrumento, às vezes inédito na vida delas. Mas é um instrumento de resolução de entendimento das coisas. Elas podem criticar quem elas quiserem, a instituição, o técnico que está coordenando ou quem quer que seja. Onde elas vão reconhecer as diferenças entre elas de

ponto de vista, onde valores diversos vão ser colocados. Então eu acho que o grupo é uma experiência inédita, assim, do adolescente poder se comunicar. Acho que a instituição, a unidade acaba tendo um termômetro de como está a casa, porque semanalmente existe esse espaço, acho que isso é um espaço bem importante assim.

Para a adolescente A1, o G0 também tem grande importância, já que é lá que as coisas podem ser resolvidas sem as adolescentes virem a sofrer consequências.

A1 – Daí eu tipo, tem o G0, que é o grupo operativo, que a gente pode esclarecer as coisas com a fulana e tal.

Ainda no aspecto das atividades das jovens do Casef, é preciso destacar o fato de que elas não possuem horários livres no seu dia, ao contrário do cotidiano das casas de internação masculina. As meninas são proibidas de dormir durante o dia e, por esse motivo, estão sempre fazendo alguma atividade.

SÃO PAULO

O ensino formal regular e profissionalizante acontece dentro da própria unidade. O primeiro (“a escola”) é organizado em três ciclos: do 1º ao 5º ano; do 6º ao 9º; e ensino médio, com professores cedidos pela rede pública estadual. Já o segundo é oferecido por organizações que firmam convênios com a Diretoria Técnica, e sua oferta depende também do tipo de estrutura necessária para sua realização. Os cursos profissionalizantes mais comuns são de informática; culinária (cozinha regional, salgadeiro, pizza) e de maquiagem e/ou cabelo.

Além disso, também são organizadas atividades esportivas que contam dentro do currículo do professor de educação física e culturais oferecidas por parceiros que desenvolvem atividades como coral, teatro, percussão, dança de rua, etc.

P – O que você gosta de fazer?

A4 – Eu gosto de dançar

P – O que você dança?

A4 – Street Dance. Como agora resolveu ter isso, aí eu comecei a participar, né... Eu também jogo, tô treinando futebol, né, não estou embuída. Mas eu pedi pra senhora me deixar jogar futebol, e ela acabou deixando.

P – Você gosta de jogar?

A4 – É, não vou dizer que eu sou a craque, mas eu jogo um pouquinho.

Para as adolescentes, a escola aparece como algo relevante e que despertou na maioria das entrevistadas um desejo de concluir os estudos, e levá-los mais a sério quando estiverem em liberdade, o que, por vezes, destoava de suas falas quando se referiam à escola antes de serem internadas:

Em São Paulo, ouvimos de algumas adolescentes: P – E o que que você gostava de fazer lá fora?

A15 – Ir pra baile *funk*.

P – Ir pra baile *funk*? Você ia bastante?

A15 – Muito, todo final de semana.

P – Onde que você ia nos bailes *funks*?

A15 – Baile de rua, baile fechado, todos, todo final de semana eu tava indo.

P – Sei. Que mais que você gostava de fazer, que que você fazia de dia?

A15 – De dia? Eu dormia até duas hora da tarde.

P – É? Todo dia?

A15 – Todo dia, eu num estudava, num fazia curso, num fazia nada.

P – É? Você não tava estudando?

A15 – Não, tava há quatro anos sem estudar.

P – Você estudava?

A3 – Ó, quando eu tava morando com meu pai em cotia, minha mãe tava solta ainda, né... eu estudava normal. Aí quando chegava dia de sexta, aí eu vinha pra casa da minha mãe. Passava sexta, sábado e domingo com ela. Segunda eu já voltava. Aí eu parei de estudar.

P – Em que série você parou?

A3 – Na quinta.

O coordenador pedagógico de Parada de Taipas relatou a dificuldade que a unidade possui para conseguir professores para dar aulas dentro da Fundação. Isso porque os profissionais são contratados do governo do estado para dar aulas em escolas públicas da rede estadual, e uma das tarefas da coordenação é conseguir que esse professor queira ser lotado na Fundação, uma vez que ele tem como opção outras escolas da rede.

Já os cursos profissionalizantes realizados na unidade aparecem nas falas das entrevistadas como algo positivo, mas como uma distração do que por haver uma real afinidade com o que está sendo ensinado. Com frequência elas mencionaram interesse pelos cursos de culinária, apenas para comer algo diferente daquilo que se come diariamente na Unidade.

A oferta dos cursos é justificada pelas ofertas de convênios que a Fundação recebe e limitações estruturais (falta de espaço e limitações de materiais) o que impossibilitaria, por exemplo, um curso de marcenaria. Para uma das funcionárias entrevistadas, contudo, existem outros cursos mais interessantes, práticos e que não reiteram essa ideia de tarefas para meninas, como o de pintura e textura de paredes e as meninas poderiam ser aproveitadas pela indústria civil quando saíssem.

PARÁ

Todas as adolescentes entrevistadas, as quais relataram ter estudado em escolas públicas, apresentaram trajetórias escolares rompidas, tal que apenas duas delas frequentavam a escola quando da prática do ato infracional e, mesmo essas, não estavam no período escolar regular conforme suas idades. Algumas delas, inclusive, pararam de estudar muito novas e trabalhavam para ajudar a família.

P – Tu estavas estudando, 'A5', quando tu vieste para cá?

A5 – Não. Parei de estudá vai fazer 4 anos.

P – Tu tava com que idade quando tu paraste de estudar?

A5 – Meus 10, meus 10 não, mas meus 11 anos.

P – Um... tu paraste em que série?

A5 – Parei na segunda série.

A12 – Eu trabalhava com ela... com minha mãe pra ajudar a manter as coisas na casa.

P – Tu fazias o que tu...

A12 – Eu cheguei a vender verdura... eu cheguei a trabalha em... com babá... cuidá da criança. P – Entendi... tu ficaste quanto tempo assim nesses trabalhos?

A12 – Eu sempre foi desde pequena...

P – Desde pequena?

A12 – Desde pequena... desde meus 10 anos pra frente... sempre ajudei ela porque tipo assim é mãe, né? A gente num gosta de vê sua mãe pá sustenta três... três filhos, né? Sem pai... [...].

P – Tu estudaste até que série?

A12 – Até terceira série.

Os trabalhos desenvolvidos pelas adolescentes, além da aparência de irregularidade, apresentam perspectivas de baixa remuneração. Escutou-se a menção, nas entrevistas, a trabalhos como vendedoras de espetinho ou tapioca na rua, vendedora de verdura no mercado, babá, empregada doméstica, entre outros. Houve, ainda, uma adolescente que mencionou a prostituição como fonte de renda.

A6 – Eu num gostava de estuda... eu estudava, aí no meio do ano eu parava, meus amigo... meus amigo me convidava pá eu i pa festa, aí eu ia. Fugia da escola [...]. Aí depois que eu saí de casa eu comecei a me prostituir... pra mim comprar já minhas roupa, minhaa meu 'ox', maconha... pa mim ir pá festa também cas minhas amiga. Minhas amiga também elas junto comigo, elas se prostituíam [...].

No Cesef, todas as adolescentes estão matriculadas e frequentando a escola, muito embora todas não estejam nas séries esperadas para suas idades. As aulas ocorrem dentro da unidade, que possui duas salas de aula. A maioria gosta de frequentar a escola e, especialmente, aquelas que não sabiam ler ou escrever, demonstraram-se felizes com a oportunidade.

- A7 – Eu não sei lê direito, sei lê algumas coisas, mas num sei escrever [...].
- P – Tu chegaste a estudar até que série?
- A7 – Até a terceira [...].
- P – Éé... e tu tá frequentando escola?
- A7 – Escola? Tô!
- P – Tu tá fazendo o quê aqui agora nas escola? Que etapa tu faz?
- A7 – Tô na terceira série
- P – Terceira série, né? Tu tá tendo aula aqui na unidade... aqui no Cesef ou tu tá indo pra fora pra ter aula?
- A7 – Não! Aqui na unidade...
- P – Aqui na unidade. Entendi. Éé... e os professores? Como é que é?
- A7 – Eles são bons... minha professora me ajuda muito. Quando eu cheguei aqui eu num sabia lê nada, entendeu? Agora já sei lê algumas coisas.
- P – E aí? Tu tá te... tá te esforçando? Tu gosta de de estudar e tal?
- A7 – Gosto! Eu quero aprender a ler porque quero ajudar o meu pai...

Na unidade, há biblioteca, mas as adolescentes sempre foram muito vagas ao referi-la. As que a mencionaram, no entanto, afirmaram que gostam de pegar emprestados gibis, revistas e livros de literatura religiosa. Outrossim, constatou-se que os cursos profissionalizantes regularmente oferecidos pelo CESEF são os de corte e costura e o de pintura em tecidos. A maioria das adolescentes gosta das aulas, principalmente porque eles ocupam o tempo, mas elas não vislumbram muita utilidade neles. Aparentemente, outros cursos já foram ofertados na unidade, mas, claramente, se depreende da fala das meninas que foram cursos temporários e de curta duração.

- PF – Éé tu tá fazendo algum curso.
- A1 – Tô.
- P – De quê?
- A1 – Corte e costura, pintura em tecido e uns negocinhos; uns bonequinhos; uns negocinhos de guardanapo.
- P – Tu gostas desse tipo de curso assim?
- A1 – Gosto, porque eu eu tô tendo a oportunidade que eu num tive lá fora.
- P – Mas assim... se... se tu pudesse escolher um curso, tu escolherias esse ou tu teriaas...
- A1 – Não! Eu escolheria outro...
- P – Tipo? O quê? A1 – Uma coisa que vá me dá, digamos, um futuro melhor lá fora porque no caso... uma coisa que cabelo, de 'embelese', essas coisas.
- P – Tu estás fazendo algum curso?
- A8 – Tô.
- P – Quais?
- A8 – Pintura em tecido, tem corte e costura, aula de dança...

P – Tu gosta desse tipo de curso?

A8 – Gosto.

P – Assim... se tu pudesse escolher, tu escolherias esses cursos ou tu pensa... tu pensa em outros cursos assim?

A8 – Em outros cursos...

P – Tu consegue me dar assim algum exemplo de curso que tu gostarias de fazer?

A8 – Eu esqueci o nome... mas é informática; curso de informática, curso de beleza.

P – Tu deseja ter alguma profissão? Já pensaste nisso assim... que profissão tu queres seguir, em que tu queres trabalhar..

A8 – Já.

P – Que é que tu queres?

A8 – Quero ser advogada.

Chama atenção, ao final da fala de “A8”, a menção a sua vontade de ser advogada. Nesse mesmo sentido, a maioria das adolescentes que se manifestaram a respeito de sonhos profissionais disse almejar profissões bastante incongruentes com suas realidades escolares, tais como engenheira civil, médica, promotora e advogada. Por fim, importante mencionar que, na unidade, há uma adolescente que faz estágio remunerado no TCE (jovem aprendiz) e, segundo relatam as adolescentes, ela foi escolhida pelo mérito. Todas as adolescentes que se manifestaram a respeito do estágio externo manifestaram vontade em fazer parte do programa, já que lhes é possibilitada a saída da unidade e obtenção de renda.

P – Entendi. E tu gostaria de trabalhar? Em que assim tu pensas em trabalhar quando sair daqui?

A2 – Ah, trabalhar? Quando eu sair daqui eu quero sair com um estágio e vou estudar a noite, só que aí a gente vai vendo...

P – Entendi. Mas por enquanto tu tá fazendo um estágio?

A2 – Ainda não, mas um dia eu vou pegar um estágio.

P – Tu já pode pegar? Tem umas meninas que tão fazendo né, lá no tribunal de contas e tal...

A2 – Uhum.

Conclusões

A realização da pesquisa em regiões tão diferentes aponta que cada unidade de internação guarda uma particularidade e uma singularidade que as torna únicas em termos de experiência para as adolescentes, para a equipe técnica e para as pesquisadoras. Neste relatório, bastante extenso em sua versão integral em razão da natureza da pesquisa – eminentemente qualitativa –, procuramos apresentar um pouco da realidade de cada unidade visitada, privilegiando o olhar daqueles que estão diretamente envolvidos com o processo de internação: adolescentes e membros da equipe técnica.

Quando sabemos que as pesquisas e literatura sobre o cárcere feminino somente se tornaram mais numerosos, ainda que essa realidade permaneça pouco estudada, nos últimos anos no Brasil, concluímos esta pesquisa com a certeza de que, no que toca a essas adolescentes, a escassez é generalizada. Sabemos pouco ou quase nada de quem elas são porque não há sistema de informação nacional – o Sipiia-Sinase, um Sistema de Informação em rede de abrangência nacional para a formação de um banco de dados único, ainda é uma experiência em curso –, sabemos pouco porque os relatórios sobre sistema socioeducativo costumam não particularizar a experiência delas e, por fim, porque as pesquisas acadêmicas ainda são bastante centradas nos adolescentes em conflito com a lei, proporcionando pouco recorte de gênero.

Entre os diversos aspectos observados, destacamos alguns, seja em razão de sua relevância, seja porque apontam para novas agendas de pesquisa acerca da temática:

- a) Os dados socioeconômicos das adolescentes levantados na pesquisa reforçam o relatório do Panorama ao Jovem, publicado pelo CNJ em 2012, e evidenciam que, assim como ocorre no sistema penal, o sistema juvenil opera com um padrão de seleção de adolescentes pobres, majoritariamente negras e moradoras de bairros periféricos (das grandes e pequenas cidades). A ausência de dados seguros de âmbito nacional, como já mencionado, é um verdadeiro empecilho à formulação e execução de políticas públicas voltadas especificamente para o tema.
- b) Os atos infracionais que desencadeiam o maior número de internações são homicídio, roubo e tráfico de drogas; em São Paulo, registra-se um percentual de medida aplicada para o caso de tráfico de drogas que chega a mais de 70%.
- c) A grande maioria das adolescentes internadas não possuía passagens anteriores em unidades de internação. Tal padrão, contudo, não se aplica às adolescentes apreendidas com drogas, merecendo estudos específicos o padrão de seleção dessas adolescentes (pobres, portando pequena quantidade de droga e já bastante visibilizadas por agentes da polícia). No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, todos os casos de reincidência de adolescentes que estavam internadas no momento da pesquisa, se deram pelo ato infracional análogo ao crime de tráfico de substância entorpecente.
- d) Muitas adolescentes relataram não receber visitas de seus familiares em razão de as unidades se situarem em cidades distantes das de seus familiares.
- e) A continuidade da vida escolar da adolescente na unidade é missão praticamente impossível, porque nenhum dos centros visitados possui estrutura para manter a adolescente no exato estágio escolar em que se encontrava quando frequentou a escola pela última vez, à exceção do Rio Grande do Sul, cuja realidade estrutural é diferenciada em relação aos outros estados do país. Boa parte das adolescentes aponta para o desejo de exercer profissões que exigem nível superior (engenharia, direito, odontologia etc.).
- f) A capacitação para o trabalho envolve, quase sempre, a promoção de atividades como curso de cabeleireiro, lavagem de roupas e artesanato, quase todas voltadas ao padrão tradicional de “atividades femininas” e iminentemente mercadológicas que apenas pensam na juventude como mão de obra, não apostando nas capa-

idades criativas, no protagonismo juvenil, questões próprias e essenciais da fase peculiar de desenvolvimento. Tais atividades não se mostram atrativas para as adolescentes. Acabam funcionando como um “passatempo”.

- g) Observa-se, de um modo geral, em todas as cidades, uma enorme dificuldade em se concretizar uma rede de atendimento às adolescentes, mormente no que toca ao apoio psicológico e psiquiátrico, de modo que muitas adolescentes transtornos e sofrimentos mentais administrados com remédios diários, não recebendo atenção específica; além do quadro da medicação preventiva e compulsória para evitar nervosismos e ansiedades das adolescentes.
- h) A estrutura física do Cesef no Pará é, sem dúvidas, a mais periclitante de todas aquelas visitadas, possuindo banheiros improvisados, com péssimo sistema de esgoto, situados no interior dos quartos das adolescentes, gerando, por vezes, a situação de seus colchões serem atingidos por dejetos.
- i) A estrutura física da Unidade de Internação de Santa Maria, no Distrito Federal, é a mais nova de todas as visitadas e a que adota padrão arquitetônico e estrutural mais semelhante a um presídio, com pavilhões, segurança ostensiva e regime de contenção baseado no confinamento das adolescentes durante todo o dia em seus quartos. As saídas são pontuais para banho de sol, atividades esportivas, de lazer e escolares.
- j) A revista íntima de familiares das adolescentes é fato marcante em suas falas, de modo que muitas delas relatam preferir não serem visitadas a terem seus familiares – sobretudo mães – submetidos à referida revista, ainda que no Rio Grande do Sul o nome dado às revistas seja de “revista humanizada”.
- k) Ainda há relatos por parte de adolescentes de todas as regiões do País de maus-tratos, perpetrados principalmente na aplicação de sanções disciplinares de isolamento.
- l) A única unidade visitada que possuía estrutura específica para receber crianças das mais diversas idades é a Chiquinha Gonzaga, em São Paulo, onde o PAMI proporciona a convivência da mãe e do(a) filho(a) por todo o tempo de duração da internação. No Rio Grande do Sul, há berçário e brinquedoteca. A temática da maternidade entre presas está entre as clássicas questões do “cárcere feminino” e, se por um lado aponta para a dificuldade de proporcionar o exercício desse direito, parece novamente reforçar a ideia de que cuidar do filho é uma questão de mulheres, já

que em unidades masculinas a ausência de estrutura para receber crianças deve ser uma constante.

- m) Em nenhuma das unidades visitadas as adolescentes estavam autorizadas a receber visita íntima. Entretanto, muitas delas possuíam companheiros(as), namorados(as), por vezes já moravam com eles/as ou mesmo tinham filhos, representando uma violação ao direito à sexualidade.
- n) O relacionamento homoafetivo no interior das unidades é bastante comum, embora proibido e passível de sanções disciplinares. Do ponto de vista da sexualidade e da identidade de gênero, ainda há muito a ser explorado no que toca a fenômenos como a homoafetividade transitória, a heteroafetividade compulsória, as disputas entre as adolescentes pelas chamadas “meninas-menino” e como a institucionalização nessas unidades moldam esses fenômenos.
- o) Nas unidades de São Paulo e do Distrito Federal as adolescentes utilizam uniformes. Em São Paulo, há relatos de que as roupas possuem numeração praticamente única, de modo que o ajuste delas ao corpo das adolescentes é vedado. As suas subjetividades e identidades precisam ser deixadas fora da unidade. O uso de espelhos somente é permitido no Rio Grande do Sul. Nas demais unidades, tais instrumentos são vedados, alegando-se que podem ser perigosos para as adolescentes.
- p) Os funcionários que integram as equipes das unidades de internação relatam enorme dificuldade em lidar com as adolescentes, as quais, segundo a maioria deles, são mais difíceis que os meninos, mais impulsivas e mais emotivas.
- q) Poucos funcionários acreditam na possibilidade de a passagem pelo sistema infracional ser determinante para a mudança de trajetória das adolescentes.
- r) A enorme maioria dos funcionários entrevistados relata que as unidades não possuem estrutura ideal para promover o atendimento socioeducativo, à exceção dos funcionários no Rio Grande do Sul que creditam à unidade potencialidades socioeducativa.
- s) Existe uma queixa generalizada por parte das adolescentes em relação ao direito de defesa que, segundo elas, não foi exercido de modo satisfatório no curso do processo; muitas relatam não conhecer a sua real situação jurídica e demonstram enorme ansiedade com a possibilidade de saída.

Assim, após todos os levantamentos apresentados, percebe-se que as medidas socioeducativas de internação para adolescente do sexo feminino, nos estados pesquisados, não cumprem os preceitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e que na prática reproduzem as problemáticas do sistema prisional (seletividade e estigmatização) não somente por violações aos direitos fundamentais da pessoa privada de liberdade, mas porque é em si uma ramificação do sistema penal, como um subsistema paralelo.

Dadas as violações de direitos fundamentais e a presença de adolescentes internadas por causas que não são passíveis de privação de liberdade, o que se necessita é o estímulo à cultura do manejo de outras medidas socioeducativas, evitando-se que o encarceramento colonize o sistema de responsabilização juvenil, processo que já se encontra em vias de solidificação. Manter os esforços no processo de encarceramento como a principal forma de responsabilização juvenil é ir de encontro não somente aos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas à primeira orientação das Regras de Riad: “O sistema de justiça da infância e da juventude deverá respeitar os direitos e a segurança dos jovens e fomentar seu bem-estar físico e mental. Não deveria ser economizado esforço para abolir, na medida do possível, a prisão de jovens” (RIAD, 1990).

Por fim, percebeu-se que todos os estados investigados realizam, na execução das medidas socioeducativas de internação, graus de violações aos direitos humanos da criança e do adolescente, desde as deficitárias estruturas físicas, à ausência da visita íntima, passando por sérios problemas referentes à escolarização, ao disciplinamento interno da unidade, higiene, saúde e maternidade, as quais, além de não corresponderem às mínimas exigências de proteção integral, não estão preparadas para lidar com questões de gênero que circundam adolescentes do sexo feminino.

A ausência de atividades pedagógicas em alguns estados, o extremo rigor em outros, a reunião de diferentes faixas etárias e graus escolares nas mesmas salas, a inexistência de atividades culturais e esportivas reforçam o processo de institucionalização das adolescentes de uma maneira paradoxal, porque ao tempo que se justifica a internação para socioeducá-las, impede-as de usufruir as poucas oportunidades dessas questões que teriam na vida pública.

Por outro lado, pode-se dizer que a equipe de funcionários, desde os agentes socioeducativos até a equipe técnica não têm preparação e/ou suporte estatal necessário e suficiente para lidar com os conflitos da adolescência, as questões específicas de gênero e tão somente usam da técnica do disciplinamento, da ameaça e da violência como as formas prementes de gestão de conflitos da unidade.

O Estado, no exercício da proteção e direitos, falha na consagração dos direitos mínimos à cidadania e na execução das medidas socioeducativas, faz das unidades de internação depósitos de contenção de adolescentes demonizadas em suas trajetórias, rotuladas como incapazes de viver socialmente. Sob esse prisma, a medida socioeducativa de internação tem o mesmo sentido da prisão: castigo.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Sequência**, Florianópolis, ano XXV, n. 50, p. 71-102, julho, 2005.

BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação**. Programa Justiça ao Jovem. Brasília: CNJ, 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei** – 2010. Brasília, 2011.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **Justiça e gênero: uma história da justiça de menores em Brasília (1960-1990)**. Brasília: Editora UnB/Finatec, 2007.

COLARES, Leni Beatriz Correia; CHIES, Luiz Antônio Bogo. Mulheres nas so(m)bras: Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios dominação viril em presídios masculinamente mistos masculinamente mistos. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 18, n. 2, p. 352, maio-agosto, 2010.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Por uma pedagogia da presença**. Brasília: Governo do Brasil, 1991.

ELIZALDE, Silvia. La identidad imperiosamente: pánico sexual y estrategias de vigilancia institucional hacia jóvenes mujeres y trans. In: ____ (Org.) **Jóvenes en cuestión: configuraciones de género y sexualidad en la cultura**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2011.

FACHINETTO, Rochele Fellini. **A “casa de bonecas”**: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento socioeducativo feminina do RS. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Ins-

tituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

FUNASE. Portaria Conjunta SAD/FUNASE n. 02, de 8 de janeiro de 2013. Edital Seleção Simplificada. Disponível em: <http://www.upenet.com.br/concursos/funase_sel/arquivos/EDITAL%20FUNASE%20-%2003.01.2013.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2014.

GARCIA MÉNDEZ, Emílio. Pedagogia da Presença. In: COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Por uma pedagogia da presença**. Brasília: Governo do Brasil, 1992.

HAGUETE, Teresa Maria F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. Da mulher honesta à lei com nome de mulher: o lugar do feminismo na legislação penal brasileira. **Revista Videre**, Dourados, ano II, n. 3, p. 137-159, jan./jun., 2010.

SOARES, Bárbara M.; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras**: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: Ibccrim, 2004.

